

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/12/2012 a 31/12/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Negócios na Bolívia, que deseja o Mercosul. Sergio Leo – Valor Econômico. 01/12/2012.....	5
Reunião da Unasul mostra tentativa de superar instituições criadas pelos EUA. Newtn Carlos – Folha de São Paulo. 01/12/2012	7
Reunião de cúpula mantém Paraguai suspenso do bloco – Folha de São Paulo. 01/12/2012.....	7
Países ricos rejeitam pedido de US\$ 60 bi para o clima. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 03/12/2012	8
"Sem Kyoto, vira um cenário de faroeste", diz negociador brasileiro – Valor Econômico. 03/12/2012.....	9
União Europeia cobra troca de ofertas de liberalização comercial com o Mercosul. Assis Moreira – Valor Econômico. 04/12/2012.....	11
Representantes do Mercosul discutem cooperativismo, no Mapa – Site do MAPA. 05/12/2012.....	12
Uma nova abordagem nas relações Brasil-China. Sean Burges - O Estado de S.Paulo. 05/12/2012.....	13
Brasil alerta para risco de fracasso em Doha. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 05/12/2012.....	14
Bolívia e Equador buscam ingresso pleno no Mercosul - O Estado de S.Paulo. 05/12/2012.....	15
Chávez será o grande ausente do Mercosul. Lissandra Paraguassu - O Estado de S.Paulo. 06/12/2012	16
Em conferência do clima, ministra brasileira pede doação de países ricos. Giovana Girardi - O Estado de S.Paulo. 06/12/2012.....	17
Doha: esforço reconhecido – Site do MMA. 06/12/2012	18
Conferência do clima entra na reta final com impasse e pouca verba. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 06/12/2012	19
Mendes quer maior integração entre os países membros do Mercosul – Site do MAPA. 07/12/2012.....	20
Mercosul decide manter suspensão do Paraguai – Valor Econômico. 07/12/2012	21
Conferência do clima termina melancólica. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 07/12/2012.....	22
Venezuela se incorpora de fato ao Mercosul – Folha de São Paulo. 07/12/2012	23
Com forte desaceleração, bloco tenta atrair Bolívia e Equador – Folha de São Paulo. 07/12/2012.....	24
Ministério e representantes espanhóis discutem criação de Centro de Referência – Site do MAPA. 08/12/2012	25
Atrofia e inchaço no Mercosul - O Estado de S.Paulo. 08/12/2012.....	25

Bolívia assina documento para se integrar ao Mercosul. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo. 08/12/2012	27
Com acordo longe, cúpula climática estoura prazo. Giuliana Miranda – Folha de São Paulo. 08/12/2012	28
Reunião prorroga Protocolo de Kyoto - O Estado de S.Paulo. 09/12/2012.....	30
Cúpula do clima estende Kyoto até 2020 – Folha de São Paulo. 09/12/2012.....	31
Barreiras argentinas e PIB do Brasil preocupam Mercosul. Daniel Rittner e Thiago Resende – Valor Econômico. 10/12/2012	32
As "chances" da Europa e Mercosul. Sergio Leo – Valor Econômico. 10/12/2012	33
Após Doha, meta de ambientalistas é fechar acordo global em 2015. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 10/12/2012	35
Sem consenso sobre o clima - O Estado de S.Paulo. 11/12/2012.....	37
Rússia diz que estuda bloqueio à carne brasileira após caso de vaca louca – Folha de São Paulo. 11/12/2012.....	38
Governo abre ofensiva para explicar vaca louca – Folha de São Paulo. 11/12/2012	38
Brasil e Colômbia estreitam laços em benefício do desenvolvimento rural – Site do MDA. 12/12/2012.....	39
Mercosul puxou AL para baixo este ano, mas deve acelerar em 2013. Sergio Leo e Lucas Marchesini – Valor Econômico. 12/12/2012.....	40
Conferência do Clima mal cumpre sua baixa expectativa – Valor Econômico. 12/12/2012.....	42
Mercosul rumo ao engessamento – O Globo. 13/12/2012.....	43
Discussões sobre acordo Mercosul-UE podem ser retomadas em janeiro. Sergio Leo – Valor Econômico. 13/12/2012	44
Agora, China e África do Sul barram a carne brasileira. Renata Agostini e Tatiana Freitas – Folha de São Paulo. 14/12/2012.....	45
Ong americana quer levar experiência da Conab a escolas africanas – Site da CONAB. 17/12/2012.....	47
Conab fortalece parceria com Nações Unidas – Site da CONAB. 18/12/2012.....	47
O ponto da carne. Miriam Leitão – O Globo. 20/12/2012	48
China, discutindo a relação – Kátia Abreu. Folha de São Paulo. 21/12/2012.....	49
Vaca louca: governo ameaça ir à OMC contra embargo da carne. Flávia Pierry – O Globo. 22/12/2012	51
Novos rumos para a integração regional. Rubens Barbosa - O Estado de S.Paulo. 25/12/2012.....	52
Brasil bate recorde em medidas de defesa comercial. Sergio Leo – Valor Econômico. 26/12/2012.....	54
Brasil indica embaixador como candidato a diretor-geral da OMC – Folha de São Paulo. 28/12/2012.....	56
Brasil lança candidato para chefiar a OMC. Jamil Chade - O Estado de S.Paulo. 29/12/2012.....	57

**Negócios na Bolívia, que deseja o Mercosul. Sergio Leo – Valor Econômico.
01/12/2012**

As negociações para entrada da Bolívia no Mercosul, a serem iniciadas oficialmente com a reunião do bloco, nesta semana, começam em um momento dos mais delicados da relação do país andino com o Brasil. Enquanto avança a cooperação bilateral no combate às drogas e aos crimes transfronteiriços, brasileiros no país cobram apoio de Brasília para defender os interesses de empresas prejudicadas nos negócios, de cidadãos vitimados por um Judiciário kafkiano, de produtores rurais com terrenos invadidos sem amparo da polícia e Justiça locais e dos donos de carros, que tiveram seus carros roubados e recuperados, mas não devolvidos até hoje.

O governo Evo Morales tem pressa para entrar no Mercosul, onde espera encontrar apoio econômico, e está às voltas com um escândalo político, do tipo que de vez em quando assola países da região. Altos funcionários do governo foram presos após o desbaratamento de um esquema que incluía extorsão contra opositores presos, ameaças a juízes e documentos forjados para prisão e soltura de indivíduos.

A quadrilha foi desmascarada com intervenção do FBI, a polícia federal dos EUA, com quem o governo boliviano passou a cooperar, após gestões do governo americano e até um pedido pessoal ao presidente Evo Morales do ator Sean Penn, amigo de uma vítima dos bandidos.

Ingresso no bloco deveria pressionar governo boliviano

A prisão da quadrilha foi provocado pelo caso dantesco de um americano preso há 18 meses "preventivamente", que teve seus bens apreendidos e vendidos pelos bandidos, aproveitando a máquina de governo. Nada parecido ocorreu com cidadãos do Brasil lá, mas estudantes brasileiros se queixam de achaques da polícia, que lhes cobra documentos, cuja entrega é inexplicavelmente retardada pela burocracia boliviana.

O mesmo retardo ocorre com papéis de regularização de terras, expondo fazendeiros a ações arbitrárias. Também sem explicação está o atraso na devolução de centenas de automóveis brasileiros roubados e apreendidos em território boliviano, onde apodrecem sem liberação.

É séria a situação de empresas brasileiras atraídas à Bolívia por negociações com o governo ou empresários locais. Caso notável é o da D'Andrea Agrimport, empresa contratada para fornecer máquinas e montar uma fábrica de papel estatal. O governo boliviano deveria garantir as obras de engenharia e fornecimento de gás, água e eletricidade - serviços contratados (e não entregues até hoje) a uma empresa boliviana dirigida pelo irmão de um bem conectado vice-ministro de governo.

O diretor da empresa brasileira teve o contrato rescindido por acusação de descumprimento de prazos, autoridades bolivianas o acusam - sem provas - nos jornais de entregar máquinas velhas, teve rejeitadas (por pressão do governo, segundo alega) suas tentativas de recorrer a arbitragem e só na sexta-feira, quase um ano depois de iniciado o caso, permitiu-se que fosse ouvido no processo.

O risco de intervenções indevidas sobre árbitros em disputa judicial também paira sobre a OAS, que, ameaçada de multas questionáveis, prepara sua retirada do país, após ver atoladas, em conflitos políticos, obras de estradas contratadas pelo governo boliviano.

Há um ano, a Votorantim tenta viabilizar o maior investimento privado previsto no país, uma fábrica de cimento, de US\$ 180 milhões, já aprovada pelo governo boliviano, que não dá, porém, as necessárias garantias de fornecimento de gás. Autoridades locais alegam falta de estudos para comprovar que não haverá ameaça ao contrato de fornecimento de gás ao Brasil ou ao ambiente.

A empresa já encaminhou essas garantias à diplomacia boliviana, mas o fato de que os sócios da brasileira são empresários afastados do grupo alinhado com o governo é apontado por conhecedores do caso como um dos possíveis motivos das dificuldades.

Nem todas as histórias têm o Brasil como vítima e a Bolívia no papel de vilão. Com a greve nas aduanas brasileiras, uma operação de fabricação de cimento da fábrica da Votorantim no Mato Grosso, com uso de matéria-prima dos sócios bolivianos, sofre com retenções arbitrárias dos fiscais no Brasil, que chegam a levar dias para liberar caminhões, que antes transitavam diariamente, por mais de uma vez, pela fronteira. Falta cimento na Bolívia, e o Brasil tem parte de culpa nisso. Assim como os produtores de soja se queixam de que o Ministério da Agricultura levou um ano para liberar os papéis necessários à venda, no mercado do Brasil, do grão excedente boliviano.

Os bolivianos queixam-se, ainda, do atraso no repasse de cerca de US\$ 700 milhões prometidos pelo Brasil pelos componentes nobres do gás importado da Bolívia. A falta de diálogo claro em temas como esse e as peraltices da burocracia brasileira não são o que se esperaria de um líder regional. Menos ainda é aceitável que, pelo temor de parecer uma espécie de subpotência imperialista, o Brasil deixe de exigir do governo boliviano revisão das decisões oficiais que causam injustamente prejuízo a cidadãos brasileiros no país vizinho - como fez o governo dos EUA no caso do americano preso arbitrariamente.

A Bolívia tem um bom argumento: as mazelas na Justiça e em outras instâncias de poder não são dirigidas contra o Brasil, mas um problema tradicional, contra o qual, teoricamente, tem atuado o presidente Evo Morales. Também lembram a mudança tectônica no arcabouço jurídico do país após a Constituição votada em 2009, com regras inéditas - de difícil absorção, aliás, já que permitem decisões judiciais paralelas, segundo a tradição dos povos indígenas.

Isolada na Comunidade Andina das Nações, de quem depende, mas que adota um franco liberalismo, a Bolívia, para entrar no Mercosul, terá não poucos desafios. O Brasil, na condição de líder regional, perderá uma oportunidade de peso se não aproveitar o processo de inclusão para cobrar e promover maior transparência e previsibilidade nas ações do governo boliviano - que, aliás, anuncia a edição, em breve, de uma lei de proteção ao investidor.

**Reunião da Unasul mostra tentativa de superar instituições criadas pelos EUA.
Newtn Carlos – Folha de São Paulo. 01/12/2012**

A Unasul (União de Nações Sul-Americanas), cujos chefes de governos dos países-membros estão reunidos no Peru, foi criada com o objetivo de sufocar, entre outras coisas, o que resta de mecanismos tidos como heranças da Guerra Fria.

Um dos conselhos da Unasul, o de Defesa, passa por cima do Tiar, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, usado pelos EUA para justificar o golpe de 1964 na Guatemala, sob riscos de "ameaça comunista".

Os próprios EUA já estariam agora optando por alianças militares regionais, como deixou claro seu secretário de Defesa, Leon Panetta.

O Tiar ainda está vigente, mas em estado terminal. Foi ignorado pelos próprios Estados Unidos na Guerra das Malvinas. Os americanos ficaram com os ingleses, e não com os argentinos, cobertos pela abrangência do tratado.

Já a Junta Interamericana de Defesa, criada em 1942 para planejar a defesa do continente, teve a autonomia cassada. Ficou subordinada à OEA (Organização dos Estados Americanos), que perde substância com o surgimento de organismos no âmbito da América Latina, como a própria Unasul.

O Tiar e a Junta, ou mesmo a OEA, foram criados sob a mão pesada dos Estados Unidos, que as moldaram de acordo com seus interesses no pós-Segunda Guerra.

Ficou famosa a observação de um historiador inglês de que "a Europa Central é a América Latina da União Soviética".

Outra herança da Guerra Fria no continente é a Escola das Américas.

Hoje rebatizada de Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança, ela já foi chamada de escola de ditadores. O general chileno Augusto Pinochet foi seu aluno.

Com a entrega da zona do canal do Panamá aos panamenhos, a escola foi transferida para uma base militar na Geórgia, Estados Unidos.

Em seus 57 anos de existência, treinou cerca de 60 mil soldados latino-americanos em técnicas de contrainsurgência. Um ex-presidente do Panamá condenou a Escola das Américas como "base maior para a desestabilização da América Latina".

**Reunião de cúpula mantém Paraguai suspenso do bloco – Folha de São Paulo.
01/12/2012**

Os presidentes dos países da Unasul (União de Nações Sul-Americanas) reunidos ontem em Lima ratificaram a suspensão do Paraguai do foro multilateral. O motivo é o impeachment-relâmpago do então presidente paraguaio Fernando Lugo, em junho.

A manutenção do isolamento de Assunção enterrou as chances de que a situação do Paraguai seja regularizada antes da eleição presidencial de 2013. Em resposta, o presidente paraguaio, Federico Franco, disse que não aceitará que a Unasul seja grupo observador no pleito. A entidade estreou como observadora nas eleições deste ano na Venezuela.

Países ricos rejeitam pedido de US\$ 60 bi para o clima. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 03/12/2012

Uma nova demanda de recursos feita pelos países em desenvolvimento às nações ricas pode colocar em colapso as negociações internacionais por um acordo climático em Doha, no Qatar, que entra em sua semana decisiva. O pedido é de US\$ 60 bilhões até 2015.

Delegados da União Europeia disseram que não vão se comprometer em Doha com nenhuma outra soma para combater os problemas causados pelas mudanças climáticas. A crise econômica impede esse compromisso, justificam. Os EUA nem comentaram a ideia.

A questão financeira é um ponto nevrálgico da reunião. Os países ricos se comprometeram a dar US\$ 30 bilhões (US\$ 10 bilhões ao ano, de 2010 a 2012) como recursos de curto prazo aos países mais afetados pelas mudanças do clima. Em Doha será verificado se esse dinheiro realmente veio e se era adicional. Outra promessa dos países ricos é chegar a 2020 com US\$ 100 bilhões ao ano para os problemas causados pelo clima.

"Mas o que acontece entre 2013 e 2020?", diz o pesquisador Saleemul Huq, do instituto britânico IIED, um "think tank" sobre desenvolvimento sustentável do Reino Unido. "As nações mais vulneráveis precisam muito desses recursos e não há nada sobre a mesa."

O G-77 (grupo que inclui hoje 136 países em desenvolvimento, de China e Índia a Haiti e Brasil) fez a demanda que foi logo rejeitada pelo negociador-chefe da UE, Arthur Runge-Metzger. "Muitos países europeus estão enfrentando situação difícil internamente." Segundo ele, o bloco europeu prefere não se comprometer com novas somas, mas ajudará como puder.

O tema pode ser contornado por uma declaração na rodada ministerial de Doha, que começa na terça. A decisão política de contribuir com algo para as finanças climáticas pode vir de Alemanha, França e Reino Unido e contornar o impasse antes desta COP-18, prevista para terminar na sexta.

Em Doha começa a ganhar força um conceito novo no mundo em desenvolvimento, que tem a ver com mais desembolso dos ricos para os mais vulneráveis. Os países-ilha, apoiados pelas nações mais pobres do mundo e pelo grupo africano, querem que os demais discutam como resolver as "perdas e danos" que eles terão com a mudança do clima. "Primeiro começamos a falar em reduzir as emissões e depois em como se adaptar à mudança do clima", explica Huq, do IIED. "Mas, se o nível do mar subir, para alguns países não haverá como se adaptar. A perda do território pode ser total." Os

européus têm discutido esse ponto como um programa no acordo climático que requer mais estudos. Os americanos nem o debatem. "Os EUA não querem abrir nenhum campo novo neste assunto", diz Huq.

"Sem Kyoto, vira um cenário de faroeste", diz negociador brasileiro – Valor Econômico. 03/12/2012

"Sem Kyoto, vira um cenário de faroeste, um mundo sem regras, em que tudo seria voluntário. E isso, todos nós sabemos, não vai resolver o problema do clima". A frase, do embaixador André Corrêa do Lago, negociador-chefe do Brasil na rodada de Doha, no Qatar, resume porque é importante manter vivo um acordo internacional que, até agora, reduziu pouco as emissões de gases-estufa globais. "Nenhum país rico deixa de entrar em Kyoto para fazer mais. Quem não entra em Kyoto é porque quer reduzir menos suas emissões", continua.

Manter Kyoto é essencial ao Brasil. Assim como fechar o acordo de florestas, conhecido por Redd (o mecanismo de redução de emissões de desmatamento e degradação), de forma que não seja uma decisão discriminatória a países florestais. "O Brasil acha totalmente inadequado ser mais difícil obter dinheiro para reduzir emissões de florestas do que para outros setores", diz o embaixador.

Nesta entrevista concedida ao **Valor**, em Doha, Corrêa do Lago explica porque há desconfiança entre os países em desenvolvimento com o compromisso das nações ricas de terem entregue, no prazo de três anos, US\$ 30 bilhões para enfrentar os problemas de curto prazo. Diz, também, como iniciam as discussões para o acordo global de 2020, que terá que ser fechado em 2015. Leia a seguir os principais trechos da entrevista. (D.C.)

Valor: *Porque esta conferência é importante?*

André Corrêa do Lago: Porque encerra a fase de negociação do primeiro período do Protocolo de Kyoto e também o que se acertou em Báli, em 2007. A diferença entre estas duas negociações é que Kyoto é um acordo com obrigações de cortes de emissão para os países ricos. A negociação em Báli foi criada para dar maiores incentivos para ações voluntárias dos países em desenvolvimento. Foi assim que vários países inclusive o Brasil, a China e a Índia fizeram seus planos de redução de emissões para 2020. E foi assim que os EUA entraram para fazer o seu.

Valor: *Porque manter Kyoto é importante? O Protocolo reduz muito pouco as emissões.*

Corrêa do Lago: Kyoto cria um arcabouço legal com as estruturas que vão levar adiante tudo o que é necessário para o acordo de 2020. Um exemplo destas estruturas é o Fundo Climático Verde (GCF, em inglês). Foi criado, agora tem que funcionar. E Kyoto tem outros aspectos importantes.

Valor: *Quais?*

Corrêa do Lago: Manter vivo o único acordo internacional que obriga os países desenvolvidos a reduzir suas emissões. Isso é essencial. Se não existisse Kyoto, os países desenvolvidos que estão fora dele, como os EUA, Canadá e agora, nesta segunda fase, Japão, Nova Zelândia e Rússia não teriam referência de redução de emissões. Todos fariam o que passa pela cabeça. Algumas pessoas dizem que o segundo período é um Kyoto enfraquecido. Sem ele, vira um cenário de faroeste, um mundo sem regras, em que tudo seria voluntário. E isso, todos nós sabemos, não vai resolver o problema do clima. Nenhum país rico deixa de entrar em Kyoto para fazer mais. Quem não entra em Kyoto é porque quer reduzir menos as suas emissões. Os países desenvolvidos que estão em Kyoto estão aceitando obrigações de redução e com isso criam um constrangimento para os demais países ricos que não entraram.

Valor: *Qual a data para o segundo período do Protocolo de Kyoto?*

Corrêa do Lago: Esta data está sendo negociada. O Brasil acredita que deva ter 8 anos, de 2013 a 2020, com revisões nos níveis de ambição dos cortes e para encaixar o início do próximo acordo. Queremos evitar que haja o risco de um intervalo de três anos. Mas muitos países em desenvolvimento são favoráveis a que o segundo período de Kyoto seja de 5 anos, até 2017, porque temem que a ambição dos cortes seja baixa.

Valor: *O que quer dizer que o grande desafio de Kyoto agora é manter a integridade ambiental?*

Corrêa do Lago: Se Kyoto tem reduções modestas, pelo menos tem que garantir que sejam efetivas. É preciso resolver agora o problema das ex-repúblicas soviéticas. Suas emissões, comparadas às de 1990, diminuíram pela diminuição das atividades econômicas destes países. É preciso resolver agora se podem carregar para o segundo período de Kyoto estes números. Se puderem levar e usar, compromete-se a integridade do sistema.

Valor: *Como fica a discussão de florestas?*

Corrêa do Lago: O Brasil quer impedir que seja aprovado em Redd (mecanismo para reduzir as emissões de desmatamento e degradação) é uma série de regras que tornem muito mais difícil e caro reduzir emissões nas áreas de florestas do que em outros setores. Isso seria como criar barreiras técnicas para acesso ao financiamento. O Brasil acha totalmente inadequado ser mais difícil obter dinheiro para reduzir emissões de florestas do que para outros setores. Não quer que seja uma decisão discriminatória.

Valor: *Como assim?*

Corrêa do Lago: Redd é um mecanismo muito importante porque vai oferecer oportunidades para florestas. Mas veja, um país cujo principal causa de emissões seja carvão ou transporte e vai buscar financiamento para reduzir suas emissões. Enquanto um país cujo principal redução deva ser em diminuir o desmatamento, ao procurar um financiamento vai descobrir que tem que cumprir muito mais regras que os outros. Isso seria prejudicial aos países florestais.

Valor: *Como está a discussão de finanças para reduzir emissões e adaptar? Há impasses?*

Corrêa do Lago: O que foi acertado na conferência de Copenhague é que se chegaria a US\$ 100 bilhões por ano em 2020 e US\$ 30 bilhões nos três primeiros anos, US\$ 10 bilhões ao ano. Está na hora de fazer as contas dos US\$ 30 bilhões. Os desenvolvidos estão procurando demonstrar aqui em Doha que cumpriram com estes recursos, mas o mundo em desenvolvimento não recebeu as informações dos países desenvolvidos e tem muitas dúvidas, quase nada parece adicional. Por isso há questionamentos.

Valor: *Valor: O que há em Doha sobre o novo acordo, de 2020?*

Corrêa do Lago: Estamos em uma fase de mesas redondas, uma discussão aberta para que os países troquem informações sobre o que consideram mais importante no novo processo. Vamos decidir como organizar este novo grupo de trabalho. Os países têm podido questionar as coisas mais diversas, como o formato deste novo acordo, se será voluntário, obrigatório. É uma conversa extremamente exploratória. O grupo também discute um aumento de ambição pré-2020, tendo em vista que todos os esforços apresentados não vão conter o aumento da temperatura em dois graus.

União Europeia cobra troca de ofertas de liberalização comercial com o Mercosul. Assis Moreira – Valor Econômico. 04/12/2012

A União Europeia (UE) diz estar pronta a trocar ofertas de liberalização com o Mercosul e cobra agora que o bloco da América do Sul se movimente para tirar do impasse a negociação do acordo de livre comércio birregional. "Estamos esperando o Mercosul bater na porta, a bola está agora do lado deles", afirmou ontem um alto funcionário de Bruxelas, ao abordar a negociação com um restrito de grupo de jornalistas em Genebra.

Os europeus não escondem, porém, um certo ceticismo diante do que chamam de tendência protecionista da Argentina. Na verdade, Buenos Aires tem problema comercial inclusive com o Brasil, seu maior sócio. Do lado europeu, a França tem a chave da negociação birregional. Só que seu persistente protecionismo agrícola agora se estendeu para outras áreas com o lema "compre francês".

Negociadores do Mercosul não têm a menor ideia do nível de ambição da oferta que os europeus poderão colocar na mesa, por exemplo se as aberturas de seu mercado serão maiores do que aquelas propostas há alguns anos quando a negociação foi suspensa.

Os dois blocos se reúnem em janeiro, à margem da cúpula União Europeia-América Latina. Se o sinal verde para as trocas de ofertas for confirmada, a fase seguinte será a grande barganha que vem sendo retardada há anos, para conduzir ao acordo.

Até por causa da profunda crise econômica que atravessa, a UE insiste que tem uma política comercial ambiciosa. Destaca o lançamento da negociação de acordo bilateral com o Japão, de provável abertura de discussões com os Estados Unidos por um acordo comercial transatlântico, e quer concluir rapidamente acordos com Canadá e Cingapura.

Já o acordo de livre comércio com a Índia patina. E aquele com o Mercosul só é mencionado quando o tema é levantado por um repórter. Os europeus parecem mais entusiasmados com "a dinâmica positiva" do novo governo do México, com o qual

esperam "aprofundar" o atual acordo bilateral, para maior liberalização em áreas como serviços e investimentos.

A ausência de acordo UE-Mercosul será sentida por setores industriais do Brasil no fim de 2013, com a eliminação da preferência tarifária que tinha pelo Sistema Geral de Preferências (SGP) europeu.

Basta ver em que em 2010 o Brasil exportou 10% do total para a UE com benefício de tarifa menor por meio do SGP. No total, exportações de € 3,6 bilhões entraram no mercado europeu pagando alíquota menor.

As exportações de produtos químicos, por exemplo, somaram € 318 milhões em 2010, cobertas pelo SGP, e redução tarifária média de 5 %, do total exportado de € 535 milhões. No caso de calçados, as vendas pelo SGP somaram 84% das importações totais desses produtos para a UE em 2010.

O SGP é um instrumento unilateral da UE e a partir de 2014 vai cortar o benefício para emergentes como o Brasil, supostamente para dar ajuda aos países mais pobres. Negociadores brasileiros contestam, porém, essa visão. Primeiro, as nações mais pobres não têm os mesmos produtos para exportar. Na prática, a UE deixará de importar € 3,6 bilhões, beneficiando a produção europeia.

Representantes do Mercosul discutem cooperativismo, no Mapa – Site do MAPA. 05/12/2012

Reforçar a integração do cooperativismo entre os países que integram o Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um dos desafios a ser vencido pela cúpula do órgão que se reúne nesta quarta-feira, dia 5 de dezembro, em Brasília, durante a Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM). Participam do encontro representantes da Argentina, Brasil e Uruguai. O Paraguai, por ter sido suspenso do bloco, está ausente e a Venezuela não enviou representante. A reunião se realiza na sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) ao longo do dia e é coordenada pelo diretor do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop/SDC), Erikson Chandoha, atual presidente pro-tempore do Brasil na RECM.

O cooperativismo do Mercosul recebe ações de integração a mais de uma década. A RECM é uma das instâncias formalizadas com o apoio dos países membros para fortalecer a integração cooperativa. Um dos assuntos que mereceu destaque durante o encontro foi a constituição de um fundo de apoio ao cooperativismo do Mercosul para financiar programas e projetos na área. A continuidade do Projeto Procoop Sul, que dá sustentação ao RECM, também está em discussão.

O secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Mapa, Caio Rocha, esteve presente no evento e ressaltou a participação do Ministério no apoio e desenvolvimento do cooperativismo, como forma de alavancar as economias. Para Rocha, é no cooperativismo que são criadas as forças de integração e ajuda mútua para alcançar resultados e soluções não só para crises, mas para o desenvolvimento das economias regionais. “O cooperativismo é um importante agente de desenvolvimento e de integração econômica e social”, disse.

Ao final do encontro, o diretor do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop/SDC), Erikson Chandoha, e atual presidente pro-tempore do Brasil na RECM, passará formalmente a presidência pro-tempore da cúpula para a representação uruguaia.

Uma nova abordagem nas relações Brasil-China. Sean Burges - O Estado de S.Paulo. 05/12/2012

Como vários outros países do mundo, o Brasil tenta, a duras penas, fazer frente às exportações chinesas. O Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) organizou sua quarta conferência anual em São Paulo com o intuito de formular respostas a esse desafio. Algumas histórias interessantes foram relatadas, mas não muitas novas ideias foram apresentadas. O mais preocupante, porém, é que pareceu haver pouco reconhecimento dos sutis sinais de alerta de que a China vem manobrando o Brasil para uma posição subordinada, transformando-o num Estado vassalo.

O embaixador da China no Brasil, Li Jinzhang, usou uma mistura de recados oblíquos e antigas estratégias imperiais para sublinhar discretamente as posições relativas de poder dos dois países e os limites às aspirações brasileiras quanto à relação bilateral. Jinzhang falou deliberadamente em mandarim, não no português que esperaríamos de um embaixador num importante global player como o Brasil. Para ser generoso, é possível que seu português - uma língua que se sabe de difícil domínio para os chineses - não estivesse à altura de apresentação pública tão importante. Então por que não usar uma segunda língua comum, como o inglês, que é o idioma internacional dos negócios e da diplomacia? A mensagem era clara: vocês têm de vir até nós e se adaptar aos nossos modos e prioridades.

Pequenas alusões ao fato de que o ator predominante na relação bilateral é a China foram acompanhadas de advertências sutis aos industriais brasileiros que se queixam das importações chinesas e pedem a Brasília a adoção de mais medidas protecionistas. Jinzhang contou a história de um vilarejo chinês que, como o Brasil, era uma comunidade predominantemente agrária. Com muito trabalho e inovação, o vilarejo transformou-se numa potência industrial e agora contribui com pouco mais de 2% das exportações chinesas. Ainda que transmitida com gentileza, a lição às lideranças empresariais brasileiras foi muito simples: não reduziremos o ritmo de nossas exportações, cabe a vocês inovar e competir conosco. Mais arrepiante para a liderança do agronegócio do Brasil, Jinzhang também observou que a principal meta do novo governo em Pequim é garantir a segurança alimentar e o objetivo último, neste caso, é a autossuficiência.

Um aspecto implícito no discurso de encerramento proferido pelo presidente da CEBC, o embaixador Sergio Amaral, foi uma réplica ao desafio chinês. Infelizmente, a proposta de Amaral, que sugeriu revigorar as iniciativas de integração econômica da América Latina a fim de criar um mercado interno mais amplo e estabelecer um patamar comum de tarifas altas para excluir produtos chineses, é uma ideia antiga que não deu certo. Mais ainda, a proposta é um delírio que ignora por completo que Chile, Peru, Colômbia e México se reuniram para formar a Aliança do Pacífico justamente com a ideia de se voltarem para o oeste e olhar para a China, e não a leste, para o Brasil.

O interessante é que a história de Jingzhang sobre a cidadezinha agrícola chinesa que se transformou graças à inovação aponta um passo adiante para o Brasil, que envolva uma direção muito diversa para sua política externa e maiores, mas produtivas, alterações no pensamento empresarial do País. Há duas diretrizes concretas de ação.

Em primeiro lugar, o Brasil precisa aumentar sua taxa de inovação. O programa Ciência sem Fronteiras ajudará, mas não basta. Lições da experiência chinesa devem ser acrescentadas à receita. A industrialização na China apoiou-se em sucessivas ondas de investimento direto estrangeiro (IDE), que traziam tecnologia e novos processos - as empresas chinesas engajaram-se num amplo processo de colaboração internacional para estimular a inovação. Graças ao Ciência sem Fronteiras as universidades brasileiras já começam a experimentar algo semelhante por meio de um relacionamento ativo com universidades dos EUA, do Reino Unido, do Canadá, da Europa e até com a instituição a que pertencem, a Universidade Nacional da Austrália. As empresas devem seguir essa trilha e procurar parceiros dinâmicos, com os quais novos mercados, produtos e processos possam ser explorados e desenvolvidos. O governo brasileiro poderia contribuir ativamente para isso com programas criativos em instituições como o BNDES ou novas linhas de financiamento do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal.

Em segundo lugar, o Brasil precisa adotar nova abordagem para lidar com a China. Uma opção que não funcionará é a rota que potências intermediárias como Austrália e Canadá usam há muito tempo para administrar as relações bilaterais com os EUA. Não há comunhão de interesses para tornar isso viável com o Bric China. Em vez disso, dever-se-ia dar atenção a uma estratégia sofisticada de "equilíbrio" envolvendo uma parceria com Austrália e Canadá. Por que esses dois países? Ambos são relativamente pequenos e cortejam ativamente o Brasil, o que os torna administráveis. Mais importante ainda, para o impacto disso nas percepções chinesas, é que eles são outros dois grandes exportadores de minerais e alimentos para a China. Com Austrália, Brasil e Canadá - um novo grupo de países ABC - operando de forma independente, a China pode adotar uma estratégia do tipo "dividir para conquistar". O resultado é que as tarifas chinesas deixam entrar matérias-primas de forma mais barata, mas deixam de fora produtos de maior valor agregado em seu mercado. Isso faz dos países ABC celeiros para os consumidores chineses. A ação coletiva pode ser uma maneira de reverter esse processo e forçar concessões de Pequim.

A China será, sem dúvida, um dos principais parceiros econômicos do Brasil até o resto deste século. O perigo é que, se depender de desgastados modelos de integração e de uma abordagem excessivamente individualista no relacionamento com Pequim, o Brasil será rapidamente empurrado de volta a uma posição periférica e passará a funcionar como pouco mais que uma despensa da China.

Brasil alerta para risco de fracasso em Doha. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 05/12/2012

"Esta é a mais longa negociação neste processo. Poderia ter terminado há vários anos, mas não aconteceu. Não podemos mais continuar nisso", disse o experiente negociador brasileiro Luiz Alberto Figueiredo Machado, ontem em Doha, no Qatar. Ele se referia à negociação do segundo período do Protocolo de Kyoto, peça-chave para o sucesso da

conferência do clima da ONU. "Se isso não acontecer, temo que o resto possa não acontecer. Infelizmente será um impasse nas negociações internacionais de combate à mudança do clima. E ninguém quer isso."

A rodada ministerial da COP18 começa hoje, e há muito em aberto. Não se chegou a um consenso sobre a duração da segunda fase de Kyoto, as metas de corte e o que acontece com países que não farão parte do acordo como Rússia, Japão e Nova Zelândia. Também é preciso definir temas delicados como transferência de tecnologia, florestas e finanças, por exemplo.

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, pediu ontem aos negociadores em Doha, que mostrem "um forte compromisso político" com a redução nas emissões de gases causadores do efeito estufa.

"Esperamos que haja um forte compromisso político dos líderes presentes neste encontro", afirmou Ban, notando que havia "sentimentos divergentes" entre os negociadores de quase 200 países, no encontro que vai até a sexta-feira.

Cerca de 100 ministros e alguns chefes de Estado estão em Doha para a reta final da reunião, marcada por divergências sobre valores e compromissos para reduzir as emissões de gases-estufa. "Ainda não temos grandes decisões, porque, nestas conferências, elas costumam ser tomadas mais no final da semana", disse Figueiredo.

Bolívia e Equador buscam ingresso pleno no Mercosul - O Estado de S.Paulo. 05/12/2012

Países, que já integram o bloco como membros associados, tentam seguir o exemplo da Venezuela de Chávez

Bolívia e Equador aproveitarão a Cúpula do Mercosul, que reunirá os chefes de Estado do bloco na sexta-feira, em Brasília, para pedir o ingresso na entidade como membro pleno. Ambos os países já integram o Mercosul na qualidade de membros associados.

O presidente boliviano, Evo Morales, e seu colega equatoriano, Rafael Correa, pretendem seguir o exemplo da Venezuela, de Hugo Chávez, que formalizou sua entrada no bloco em julho. Para isso, Caracas se beneficiou da suspensão do Paraguai - cujo Senado resistia a aprovar o ingresso venezuelano.

Os paraguaios foram sancionados pelo Mercosul, diante do entendimento dos demais membros do bloco de que o impeachment do presidente Fernando Lugo, em junho, violou a cláusula democrática da entidade.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, as negociações para a entrada do Equador estão em estágio avançado, enquanto a tratativa com a Bolívia estão começando. Amanhã, tem início a reunião dos ministros da Economia e das Relações Exteriores, além dos presidentes de bancos centrais do Mercosul. Paralelamente ocorre o Fórum Empresarial do Mercosul, que deve reunir mais de 300 empresários da região.

Na sexta-feira, ocorre a Cúpula dos Chefes de Estado. A presença mais esperada é a de Hugo Chávez, que deve chegar a Brasília vindo direto de Havana - onde faz tratamento contra um câncer pélvico - e a presidente argentina, Cristina Kirchner, que estará na capital brasileira no mesmo dia em que pretende pôr em prática sua Lei de Mídia, que tem como principal alvo o Grupo Clarín (mais informações nesta página).

Além da presidente brasileira, Dilma Rousseff, também estará na reunião o líder uruguaio, José Pepe Mujica.

Intercâmbio. De 2007 a 2011, as exportações intrarregionais aumentaram 58,44% e o intercâmbio comercial do bloco com o mundo cresceu 53,82%. O Mercosul é considerado uma potência agrícola por ser o maior exportador líquido mundial de açúcar e o maior produtor e exportador mundial de soja.

Desde 2007, o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) aprovou 40 projetos nas mais distintas áreas, totalizando US\$ 1,2 bilhão. O maior projeto apresentado ao fundo foi a criação da linha de transmissão elétrica Brasil-Paraguai, estimada em US\$ 555 milhões.

Com a adesão da Venezuela ao Mercosul, o bloco passou a abranger 72% do território da América do Sul - aproximadamente três vezes a área da União Europeia, com um PIB de US\$ 3,32 trilhões.

Chávez será o grande ausente do Mercosul. Lissandra Paraguassu - O Estado de S.Paulo. 06/12/2012

Primeira reunião de cúpula desde a efetivação da Venezuela no bloco começa amanhã, mas líder bolivariano, que está em Cuba, não irá a Brasília

Na sua primeira reunião do Mercosul como membro pleno, a Venezuela não estará representada pelo presidente Hugo Chávez. Em tratamento de saúde em Cuba, o venezuelano - que pressionou por anos pela entrada no bloco - perderá sua grande estreia.

A ausência de Chávez é mais um sinal das dificuldades que, apesar do interesse em participar do grupo, a Venezuela como um todo tem enfrentado para acompanhar as reuniões, políticas e técnicas, desde que conseguiu ser aceita no organismo.

De acordo com informações obtidas pelo Estado, a Venezuela informou ontem pela manhã que Chávez não conseguirá comparecer. Mas a informação ainda é tratada com sigilo no Itamaraty. Oficialmente, sua presença é apenas incerta.

Chávez não foi ao Peru, para o encontro da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), mas garantia que viria ao Brasil - o que só ajuda a aumentar as especulações sobre o real grau dos problemas de saúde que estaria enfrentando.

Há duas semanas, na reunião de ministros da Educação do Mercosul em que foram decididas, entre outros assuntos, as áreas em que haveria equivalência de currículos e a criação de uma bolsa de estudos de pós-graduação para o bloco, não havia nenhum

representante venezuelano. O país também esteve ausente de reuniões sobre questões tarifárias, veterinárias e de agricultura.

A entrada da Venezuela no Mercosul foi acertada em junho, durante a reunião de Mendoza (Argentina), aproveitando a suspensão do Paraguai (mais informações nesta página).

O país era o único do bloco cujo Congresso não tinha aprovado o novo membro e emperrava a negociação desde 2010, quando o Legislativo brasileiro votou o tratado. Em 12 de agosto, a entrada da Venezuela foi formalizada.

O período coincidiu com o processo de eleitoral no país, um dos mais duros que Chávez enfrentou desde que chegou ao poder. No entanto, mesmo depois das eleições, as dificuldades permaneceram.

Falta de pessoal. Na verdade, o país não tem, hoje, gente suficiente para tratar de todos os temas locais e também cuidar do Mercosul. No início de novembro, o próprio chanceler brasileiro, Antonio Patriota, foi a Caracas com uma equipe técnica para adiantar as discussões necessárias para essa reunião do bloco, assim como o subsecretário para América do Sul, Central e Caribe, Antonio Simões, o fez diversas vezes.

De acordo com Simões, os acordos avançaram. Uma das questões essenciais para a participação plena da Venezuela no bloco, a das chamadas "nomenclaturas" - códigos para identificar cada um dos produtos comercializados na região -, ficou pronta e começará a ser implementada no primeiro semestre do ano que vem.

"Tínhamos um ano para fazer isso e conseguimos fechar em quatro meses. O trabalho avançou muito bem", afirmou o embaixador.

A maior parte do trabalho foi, na prática, feita pelo Brasil, que tem neste momento a presidência rotativa do Mercosul. A expectativa do Itamaraty é a de que mesmo as integrações tarifárias, a parte mais complicada, comecem já no ano que vem.

Em conferência do clima, ministra brasileira pede doação de países ricos. Giovana Girardi - O Estado de S.Paulo. 06/12/2012

A ministra do Meio Ambiente do Brasil, Izabella Teixeira, elevou ontem o tom de cobrança para os demais ministros presentes na Conferência do Clima das Nações Unidas, que ocorre em Doha (Catar) até o final da semana. Em uma rodada informal convocada pela presidência da COP para tratar de ambição, ela pediu investimento dos países desenvolvidos e transparência no que estão fazendo.

"Os meios de implementação para os países em desenvolvimento são cruciais. Eles estão enfrentando mudanças climáticas essencialmente com seus próprios recursos e não deveriam ser colocados na situação de ter de escolher entre lidar com o clima ou com outros desafios econômicos e sociais críticos", disse. Por outro lado, complementou, "os meios de implementação dos países desenvolvidos para cumprir seus próprios compromissos (de reduzir e doar) e esforços nacionais também não estão claros."

Logo depois, em plenária aberta aos participantes, solicitou que os países aprovassem o segundo período do Protocolo de Kyoto, que disse ser a principal tarefa desta COP. "É o nosso maior trunfo para garantir um forte regime contra as mudanças climáticas. É o que vai garantir a continuidade de um sistema multilateral, baseado em regras que asseguram a integridade ambiental de mitigação dos países desenvolvidos sob o protocolo", disse.

Em discurso de oito minutos, Izabella tentou mostrar os esforços que o Brasil vem fazendo para atingir a meta de reduzir as emissões em pelo menos 36% em relação a um cenário tendencial projetado para as emissões em 2020. Destacou a redução do desmatamento de 83% desde 2004 e outras ações relativas à proteção da floresta. Mas reafirmou que, apesar das ações domésticas, é preciso vir dinheiro de fora para manter os projetos de mitigação e adaptação.

"Esse esforço nacional não elimina nem minimiza a necessidade de que a fonte dos financiamentos que apoiam as ações de países em desenvolvimento na área de mudança climática sejam os mecanismos de ajuda oficiais de países desenvolvidos", disse.

Custo. Para reduzir ainda mais a taxa de desmatamento e mantê-la baixa é preciso investir no desenvolvimento sustentável da região. "Cumprir as metas voluntárias, sair do 'business as usual', tem custo. É preciso ter meios de implementação para fazer e manter essa redução", disse depois, a jornalistas brasileiros. "Tem havido uma inversão da pauta. Os países desenvolvidos deveriam estar liderando, mas são os em desenvolvimento que estão."

Doha: esforço reconhecido – Site do MMA. 06/12/2012

Redução do desmatamento da Amazônia recebe elogios no exterior. Ministra garante: vigilância continuará.

Os esforços brasileiros para reduzir o desmatamento na Amazônia foram aplaudidos hoje na Conferência das Partes (COP 18) da Organização das Nações Unidas, em Doha, no Qatar, durante evento que contou com a presença dos governos da Noruega, República do Congo e Indonésia. O ministro de Meio Ambiente da Noruega, Bard Vegar Solhjell, aproveitou a ocasião para anunciar a liberação de US\$ 178 milhões do Fundo Amazônia para o Brasil.

Segundo Solhjeel, o Brasil tem alcançado resultados exitosos no combate ao desmatamento da Amazônia com políticas de desenvolvimento sociais admiráveis e transparentes que motivam a Noruega a destinar os recursos para a proteção das florestas.

Para a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, a redução para 4.656 Km² de desmatamento na floresta amazônica mostra que é possível desenvolver sem devastar. Mas que o Brasil precisa se manter vigilante para que o desmatamento não volte a registrar números altos como ocorreu em 2004 (27.772 Km²) e 1995 (29.059Km²).

PRODUTIVIDADE

Um dos caminhos apontados pela ministra é aumentar a produtividade na produção de alimentos. E esse debate, segundo ela, deve respeitar quem produz no campo e quem mora nas florestas. “É muito fácil discutir a preservação morando em cidades”, salientou. “Mas não podemos ignorar as necessidades básicas de quem mora na floresta como acesso à energia e saneamento”.

Ao ressaltar que Brasil e África têm fauna e flora semelhantes, o ministro de Meio Ambiente e Turismo da República do Congo, Bavon N'SA Mputu Elima, afirmou que o Brasil é um exemplo a ser seguido e, por isso, os dois países fecharam uma parceria para trocar conhecimento tecnológico para o monitoramento da Bacia do Congo. Os diálogos iniciados no último mês de julho foram consolidados hoje, em Doha. O monitoramento no país africano deverá contar com doações do Fundo Amazônia. A Indonésia, por sua vez, sinalizou que buscará parceria semelhante com o Brasil.

Ao encerrar o evento, Izabella ressaltou a importância da renovação do segundo período do Protocolo de Kyoto e a necessidade do debate internacional integrar a pauta de mudanças climáticas com a pauta da biodiversidade.

Conferência do clima entra na reta final com impasse e pouca verba. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 06/12/2012

A rodada de negociações do acordo climático em Doha, no Qatar, entra no penúltimo dia com o anúncio de recursos financeiros feito pelas economias mais fortes da Europa e com um texto sobre o destino do Protocolo de Kyoto. A má notícia é que o dinheiro está muito aquém das demandas dos países mais vulneráveis e que não há consenso sobre o documento.

Em outro front, no debate sobre o novo acordo global a ser negociado em 2015 para começar a operar em 2020, as negociações se complicaram.

O texto sobre o destino do Protocolo de Kyoto saiu às 23 horas (18h em Brasília), e os delegados continuaram reunidos para discutir um dos assuntos mais complexos do encontro: o que fazer com as licenças de emissão de economias do antigo bloco soviético, que entraram em colapso quando Kyoto foi assinado.

O texto propõe três caminhos e, em todos, será possível carregar as permissões de poluir. São 13 bilhões de toneladas de CO2 equivalente, quase 2,5 vezes as emissões anuais europeias. O primeiro é o da Rússia, que tem 5,2 bilhões de toneladas de carbono e quer levar esses "bônus" para a segunda fase de Kyoto e vender esses papéis a países com metas de emissão. A intenção russa comprometeria a integridade ambiental do clima na Terra. O país não tem apoio, mas pode colocar toda a negociação a perder se bloquear a aprovação do documento na plenária final.

Outra proposta, criada pelo Brasil, é a do grupo dos países em desenvolvimento. Permite carregar as emissões para a segunda fase de Kyoto, mas até um limite de 2,5%. As cotas podem ser usadas para reduzir as metas domésticas, mas não podem ser comercializadas. A terceira ideia é da Suíça. Também há um limite para que as licenças de emissão possam ser levadas para a segunda fase de Kyoto e permite comercialização.

As duas opções não deixam que o problema continue depois de 2020, quando um novo acordo deve entrar em vigor.

"A Polônia está mais aberta à negociação", avalia um delegado europeu. O bloco europeu tentou, sem sucesso, resolver essa questão em outubro. Os europeus, no entanto, aprovaram uma legislação que não permite a comercialização desse chamado "hot air" entre eles. Austrália também avisou que não vai comprá-los. O problema é que esses "bônus" podem ser comercializados com o Japão ou os EUA, por exemplo. "Mesmo sem poder vender, para a Polônia esse assunto tornou-se um tema de soberania nacional", diz o delegado.

O texto do Protocolo não definiu o novo prazo para a segunda fase de Kyoto - se termina em 2007 ou se continua até 2020. Há um mecanismo de gatilho para promover a revisão das metas de corte dos países. O texto sobre as metas dos países ricos está sem consenso. "A madrugada será longa", avaliava um observador.

A Alemanha anunciou ontem recursos para os países mais vulneráveis poderem se adaptar aos impactos da mudança do clima. O país prometeu € 1,8 bilhão em 2013. No dia anterior, fora o Reino Unido - € 2,2 bilhões para 2013-2015. O bloco europeu anunciou outros € 900 milhões para projetos em países africanos. São aguardados anúncios também da França, da Holanda e da Suécia. "É um passo positivo e que acalma a demanda de recursos das nações mais vulneráveis", avaliou um diplomata. "Mas é preciso ter recursos financeiros assumidos coletivamente." Isto não vai acontecer em Doha.

Outro ponto tenso foi a discussão sobre o novo acordo global. A pauta em Doha é de se definir uma agenda de reuniões para 2013, e a missão de um grupo de trabalho que avance com esse debate. Como não há promessa de recursos financeiros substanciais para os países mais vulneráveis e também pouca ambição nas metas de corte das nações ricas, os países em desenvolvimento, liderados por Índia e China, suspenderam as discussões do novo acordo global. O bloqueio era interpretado como tática de pressão para que o texto do Protocolo de Kyoto tivesse um desfecho mais satisfatório.

Mendes quer maior integração entre os países membros do Mercosul – Site do MAPA. 07/12/2012

Ainda que ajustes sejam necessários, o fluxo comercial e a integração produtiva já tornam o Mercosul uma plataforma econômica forte e competitiva

Em sua participação no 1º Fórum Empresarial do Mercosul, realizado na manhã desta sexta-feira (07/12) em Brasília, o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, salientou a importância dos países membros do bloco do Mercado Comum do Sul – Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela – em integrar ações estratégicas para fortalecer a economia latina. Atualmente, a corrente de comércio interna no bloco evoluiu de R\$ 15 bilhões em 1991 para a faixa de R\$ 100 bilhões no ano de 2011.

Os representantes de cada país participaram dos painéis temáticos do evento – no caso, do agronegócio – além do superintendente da Organização das Cooperativas Brasileiras

(OCB), Renato Nóbile, para debater o desenvolvimento tecnológico e a melhoria da infraestrutura no escoamento da produção. Antes da reunião, Mendes Ribeiro esteve reunido com a comitiva argentina e o ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca, Norberto Yahuar, para detalhar as negociações comerciais.

Em sua participação no espaço do fórum dedicado ao agronegócio, o ministro brasileiro afirmou que hoje as assimetrias estruturais e eventuais entraves comerciais já fazem parte do passado. Ainda que ajustes sejam necessários, o fluxo comercial e a integração produtiva já tornam o Mercosul uma plataforma econômica forte e competitiva. “Não podemos mais tomar uma decisão, seja ela comercial ou de segurança sanitária, sem consultar o país vizinho. As fronteiras e as diferenças já não são obstáculos para os países do Mercosul que crescem”, disse.

Soja, milho, trigo, açúcar e arroz predominam na produção agrícola dos países do Mercosul. O bloco econômico se destaca como maior produtor e exportador mundial de soja, primeiro produtor e segundo maior exportador mundial de carne bovina e o quarto produtor mundial de vinho.

Mercosul decide manter suspensão do Paraguai – Valor Econômico. 07/12/2012

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, disse ontem, em Brasília, que será mantida a suspensão do Paraguai do Mercosul até as eleições gerais no país, em 21 abril de 2013. O assunto foi tratado durante a reunião de chanceleres do bloco, no Palácio Itamaraty.

Hoje, acontece a cúpula dos chefes de Estado do bloco, com a presença de Dilma Rousseff, Cristina Kirchner (Argentina) e José Pepe Mujica (Uruguai). A participação do presidente Hugo Chávez (Venezuela) ainda é incerta.

Segundo Patriota, o Mercosul e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) vão "trabalhar de mãos dadas", no monitoramento do processo eleitoral no Paraguai. "Não há alteração da suspensão", disse Patriota, lembrando que o Mercosul e a Unasul tomam decisões de forma alinhada, reduzindo as possibilidades de divergências.

Na semana passada, a cúpula dos chefes de Estado e governo da Unasul, que ocorreu em Lima, no Peru, decidiu manter a suspensão do Paraguai. Os líderes concluíram que não houve fato novo que motive a revogação da medida.

"Houve uma conversa sobre a situação do Paraguai com o propósito de os chanceleres continuarem acompanhando a situação, conforme a decisão de Mendoza [durante a cúpula dos chefes de Estado do Mercosul, na Argentina] adotada pelos presidentes do Mercosul", disse Patriota.

Para os presidentes, ocorreu no Paraguai o rompimento da ordem democrática, quando o então presidente Fernando Lugo foi destituído, em 22 de junho, num processo que durou menos de 24 horas. Uma semana depois, no dia 29, Unasul e Mercosul decidiram suspender o país do bloco, até que um novo presidente fosse eleito.

Os chanceleres do Mercosul conseguiram ontem fechar um cronograma de negociações para garantir que, até 5 de abril de 2013, a Venezuela atenda às principais exigências para ser integrada de forma plena ao bloco.

Os ministros anunciaram também que, paralelamente, o Mercosul buscará o chamado fortalecimento produtivo, para incentivar o desenvolvimento do comércio e da economia na região. "A reunião foi muito produtiva e estamos avançando de forma acelerada", disse Patriota.

O Mercosul é formado pelo Brasil, a Argentina, o Uruguai, a Venezuela e o Paraguai, que está suspenso. O Chile, Equador, a Colômbia, o Peru e a Bolívia estão no grupo como países associados. Há ainda dois membros observadores: México e Nova Zelândia

Conferência do clima termina melancólica. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 07/12/2012

Não era só a música árabe melancólica que abatia o ânimo ontem no imenso centro de conferências de Doha, no Qatar. Além da exaustão de se falar dos temas de sempre - a falta de recursos financeiros, a transferência de tecnologia que não acontece, o segundo período do Protocolo de Kyoto com metas de redução de gases-estufa que não fazem cócegas na mudança do clima - começava-se a ouvir com mais frequência críticas sobre os resultados concretos das rodadas de negociação climática. Os avanços são mínimos, e o problema, gigante.

Não há chefes de Estado na conferência do clima do Qatar. Ao contrário da reunião de Copenhague, em 2009, ninguém tem na ponta do lápis quanto as promessas de redução de emissões podem significar na conta geral do aquecimento do planeta.

Os anfitriões no Qatar, com a maior emissão per capita do mundo, a maior renda per capita, grande reserva de gás e petróleo, não estabeleceram metas de redução de emissão voluntárias, sendo protagonistas em sinalizar com uma economia de baixo carbono nesta região do mundo. Anunciaram, apenas, mais uma instituição de pesquisa para estudar o aquecimento global e tecnologias verdes.

Na tenda vermelha de um dos restaurantes do centro de convenções montado sob uma assombrosa estrutura de alicerces em forma de árvores, um experiente observador das rodadas climáticas da ONU estava desolado. "As pessoas que podem responder a este desafio não estão aqui", lembrava. "Ministros de Meio Ambiente e de Relações Exteriores não vão resolver."

Temas relevantes não chegam perto das negociações climáticas. Alguns números ajudam a colocar, em perspectiva, um dos impasses desta rodada: a falta de recursos financeiros.

Os investimentos em energias renováveis no mundo em 2010 bateram em quase US\$ 1 trilhão - e isso quer dizer apenas 1% do mercado internacional de títulos. O mercado global de carbono movimenta mais de US\$ 200 bilhões ao ano - e isso representa só 1/30 do movimento diário do mercado de câmbio global.

O último relatório da Agência Internacional de Energia (AIE), divulgado há poucos dias, diz que, se se investisse em todos os projetos relacionados a eficiência energética no mundo, seria possível dar um impulso de US\$ 6 trilhões à economia global até 2025, o que poderia atrasar em cinco anos o momento em que as emissões do mundo têm que atingir o pico para, depois, despencarem rapidamente. Isso se se quiser evitar que a temperatura aqueça mais do que 2°C ao fim deste século, como recomendam cientistas e como foi acertado pelos líderes globais.

Ainda, o mundo gasta todos os anos mais de US\$ 500 bilhões em incentivos a combustíveis fósseis. Diante dessas cifras, o que são US\$ 60 bilhões de recursos financeiros até 2015 sendo suplicados em Doha por países pobres e nações-ilha para conseguirem erguer diques e conter o avanço do mar ou lidar melhor com secas cada vez mais fortes em regiões carentes?

Os diplomatas reunidos em Doha, em Durban, em Cancún, em Copenhague ou em Poznan - só para ficar nas rodadas mais recentes de negociação climática, depois da divulgação do relatório do IPCC, o braço científico da ONU, que colocou em evidência que as ações humanas estão levando o planeta a uma mudança climática de consequências imprevisíveis - são habilidosos em avançar o mínimo possível ano a ano. Cumprem à risca as determinações de seus governos. O problema é que a tarefa tem horizontes estreitos.

O que vem sendo discutido nas COPs é complexo e importante, mas não chega perto da solução do problema. A negociação está ficando complicada demais e restrita à compreensão de uma parcela minúscula dos 7 bilhões de habitantes do planeta. Está se discutindo a árvore enquanto a floresta está queimando ou afundando.

"Corremos o risco de voltar para casa como zumbis", diz a ambientalista Liz Gallagher. Doha pode até ser um sucesso e conseguir aprovar a segunda fase do Protocolo de Kyoto, colocar algum dinheiro à mesa e fazer uma agenda para abrir o debate do acordo global climático em 2013. Mas, e daí?

Venezuela se incorpora de fato ao Mercosul – Folha de São Paulo. 07/12/2012

Em tratamento em Cuba, Chávez não deve participar de reunião que define hoje detalhes da adesão do país ao bloco. Em abril de 2013, país adotará nomenclatura de produtos, e parte deles começará a usar a tarifa externa comum.

A ausência de Hugo Chávez, em tratamento médico em Cuba, ofuscou a notícia comemorada pela Venezuela ontem na reunião do Mercosul em Brasília: o país dará em 5 de abril de 2013 os primeiros passos concretos para pertencer plenamente ao bloco.

Nessa data, a Venezuela, que ingressou formalmente no grupo à revelia do Paraguai em agosto, deverá adotar a nomenclatura de produtos usada pelo Mercosul, e 28% de seus produtos começarão a utilizar a TEC (tarifa externa comum), aplicada a importações de fora do bloco.

O anúncio foi feito pelo chanceler Antonio Patriota, que disse que o encontro "celebra a plena incorporação" da Venezuela. Foi divulgado um cronograma final para a adoção da TEC -até 2016-, mas o fim da tarifação intrabloco ainda não foi definido.

O país vai ser representado na reunião de mandatários do grupo hoje pelo chanceler e vice-presidente, Nicolás Maduro. O cancelamento da vinda de Chávez ao Brasil, porém, não era oficial até a conclusão desta edição.

O presidente venezuelano é afeito a reviravoltas de última hora, mas sua equipe de cerimonial na capital já havia sido desmobilizada no começo da tarde de ontem.

Desde que revelou ter câncer, em junho de 2011, poucos episódios foram tão eloquentes sobre as limitações de Chávez quanto sua ausência em Brasília -ele anunciara ao próprio Patriota, em Caracas, que compareceria.

Ele não faz aparições públicas desde 15 de novembro, o mais longo hiato em 18 meses.

A ausência turbinou o mercado de títulos venezuelanos, volátil a cada sumiço de Chávez. Ontem, os juros cobrados de títulos da dívida venezuelana com vencimento em 2027 caíram 39 pontos, chegando ao menor valor desde 2008.

"Esta ocasião é muito simbólica. É a primeira reunião da Venezuela já como membro pleno do Mercosul e ele não estará", diz Carlos Romero, professor de relações internacionais da Universidade Central da Venezuela.

Para Romero, entre fazer um esforço para enfrentar a viagem a Brasília e estar na posse do novo mandato, em 10 de janeiro, Chávez escolheu o segundo. "O dado concreto é que ele está doente, há sinais de que é grave e ele não transferiu o poder."

Em mensagem publicada no Twitter no último mês, María Gabriela, filha de Chávez, escreveu: "Nunca sabemos quão fortes somos até que ser forte é a nossa única opção".

A presidente Dilma Rousseff prometeu comparecer à posse do colega venezuelano.

Com forte desaceleração, bloco tenta atrair Bolívia e Equador – Folha de São Paulo. 07/12/2012

A intenção do Brasil hoje ao encerrar a presidência rotativa do Mercosul é amenizar o ano ruim para o bloco -com disputas protecionistas e a mais forte desaceleração da região- recebendo "de braços abertos" a candidatura de Bolívia e Equador para membros plenos do grupo.

Segundo o porta-voz do Itamaraty, Tovar Nunes, houve reuniões "informais" com o governo equatoriano neste mês para afinar a proposta de adesão, enquanto a avaliação é que a Bolívia já amadureceu sua intenção de ingressar.

Com a atração dos dois países e a incorporação efetiva da Venezuela, toma corpo o plano brasileiro de ampliar o bloco. Ele, porém, esbarra na articulação de outro nascente

instrumento de integração econômica da região, a Aliança do Pacífico -com México, Peru, Chile e Colômbia.

Os dois blocos tiveram desempenhos opostos neste ano. Enquanto o Brasil só deve crescer 1,6% na previsão da Cepal e o Paraguai será o único da região a amargar retração de 2%, o Peru vai avançar 5,5% e a Colômbia, 5%.

Bolívia, Equador e Venezuela integravam, ao lado de Colômbia e Peru, a Comunidade Andina das Nações, que, na visão do Brasil, "se implodiu sozinha" quando Bogotá e Lima decidiram fechar acordos de livre-comércio com outros países, incluindo os EUA.

Os isolados acabaram na órbita do Mercosul, que também acolhe a aproximação da Guiana e Suriname.

"A conjuntura para o Brasil é ruim neste momento, mas, se quer ter papel de liderança, tem de superar essas dificuldades e liderar a integração econômica com os vizinhos", diz o economista boliviano Gonzalo Chávez.

As promessas de expansão se sobrepõem ao impasse do Paraguai, que segue suspenso e se diz furioso com as adesões à sua revelia.

Ministério e representantes espanhóis discutem criação de Centro de Referência – Site do MAPA. 08/12/2012

Objetivo é que a unidade se converta no futuro em um instrumento técnico de implantação dos programas relacionados à Política de Governança Climática da Agropecuária (PGCA)

A criação do Centro de Referência Internacional em Tecnologia de Irrigação e Agricultura Sustentável de Baixo Carbono (Circa), no município de Palmas, no Tocantins, poderá se tornar uma realidade em breve. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), representantes do governo espanhol e do estado de Tocantins se reuniram em Brasília nesta semana para discutir a implantação do Circa, a partir de um convênio que poderá ser firmado entre as partes.

Trata-se de um centro de excelência para a identificação, desenvolvimento e normatização de sistemas de irrigação e fomento à agricultura de baixo carbono, que permita o desenvolvimento sustentável e a obtenção de benefícios sociais, econômicos e ambientais. A intenção é que o centro se converta no futuro em um instrumento técnico de implantação dos programas relacionados à Política de Governança Climática da Agropecuária (PGCA), além de criar possibilidades para financiamentos aos produtores que fizerem uso de técnicas de baixo carbono.

Atrofia e inchaço no Mercosul - O Estado de S.Paulo. 08/12/2012

A crise internacional torna ainda mais importante a integração latino-americana, disse a presidente Dilma Rousseff, ao discursar em mais uma inútil reunião de cúpula do Mercosul. Essa retórica teria algum sentido se o bloco criado por Argentina, Brasil,

Paraguai e Uruguai e inchado com o ingresso recente da Venezuela bolivariana tivesse uma história de sucesso. Mas a história real é outra e dificilmente será melhorada com a participação do caudilho Hugo Chávez em suas decisões ou com o ingresso da Bolívia (o protocolo de adesão foi assinado na sexta-feira pelo presidente Evo Morales). Fundado há 21 anos, o Mercado Comum do Sul - este é seu nome completo - continua longe de cumprir as quatro condições necessárias à realização de seus objetivos, a começar pelo estabelecimento da "livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco". As palavras entre aspas constam de um material informativo do Itamaraty. Talvez impressionem pessoas pouco informadas sobre o assunto.

Apesar do falatório sobre integração, o comércio no interior do Mercosul continua prejudicado por barreiras protecionistas. Além de cotas, complicadas licenças de importação e pequenos truques para atrapalhar os negócios, o intercâmbio regional inclui uma aberração conhecida pelo nome de regime automotivo, renovado e alterado de tempos em tempos para atender aos interesses das montadoras e fábricas de autopeças instaladas na Argentina. Serão necessários mais 21 anos para se chegar à livre circulação de bens?

O estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC) e de uma política comercial conjunta é a segunda condição indicada no material informativo do Itamaraty. Cheia de furos, a TEC é em grande parte uma ficção. Esse tipo de tarifa é uma característica de uniões aduaneiras. Mas esse status é uma anomalia, porque nem as características de uma zona de livre comércio são encontradas no Mercosul.

A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, terceira condição, só é mencionável como piada, assim como o quarto item, o compromisso de "harmonizar a legislação nas áreas pertinentes" para "fortalecer o processo de integração".

O comércio entre os países-membros de fato cresceu, ao longo dos 21 anos. Mas teria crescido muito mais se os sócios do bloco tivessem constituído apenas uma área de livre comércio digna desse nome, sem a ambição de estabelecer uma união aduaneira. Essa união só tem servido para impedir os países-membros de negociar separadamente acordos comerciais de seu interesse com parceiros de fora. Um dos resultados tem sido a prioridade a acordos com mercados em desenvolvimento e pouco significativos, um reflexo da aliança terceiro-mundista do kirchnerismo com o petismo.

Do ponto de vista comercial, a adesão da Venezuela e da Bolívia pouco acrescentará a um bloco emperrado pelo protecionismo, pela incapacidade de criar cadeias produtivas e pela dificuldade de negociar acordos com países desenvolvidos. Essa dificuldade será agravada, se os novos sócios decidirem agir, provavelmente em conjunto, contra acordos com aqueles parceiros.

Além do mais, nem a TEC tem impedido a presença crescente, no Mercosul, de produtos da China e de outros países de fora do bloco. Para a indústria brasileira, a perda de mercado tem sido acelerada pelo protecionismo argentino. Esse protecionismo tem prejudicado os produtores brasileiros mais que os externos.

A presidente Dilma Rousseff deve conhecer esses fatos, mas prefere manter a diplomacia comercial definida por seu antecessor e pelos conselheiros por ele

escolhidos. Continua presa a um mundo de fantasia, incapaz de fixar políticas com base nos interesses objetivos da economia brasileira. Também continua presa às ficções ideológicas da associação entre petismo e kirchnerismo. Entre outros maus resultados, essa aliança produziu, no Mercosul, a suspensão do Paraguai e a admissão da Venezuela. O Paraguai ficou fora da cúpula de Brasília, enquanto a presidente brasileira celebrava a democracia com representantes de governos defensores do controle da imprensa e conhecidos por sua vocação autoritária.

Bolívia assina documento para se integrar ao Mercosul. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo. 08/12/2012

Como ocorreu na entrada da Venezuela, incorporação do país ao bloco se dá sem a anuência do Paraguai

A Bolívia assinou ontem em Brasília protocolo de adesão ao Mercosul, para se tornar o sexto membro do bloco. Falta agora a ratificação pelos Parlamentos dos demais membros.

A decisão foi comemorada pela presidente Dilma Rousseff, que tenta dinamizar o grupo, acossado por disputas protecionistas entre os maiores sócios, Brasil e Argentina.

Com 10 milhões de habitantes, a Bolívia tem PIB de US\$ 23 bilhões.

"O Mercosul dá mostra de vitalidade e de capacidade acrescida de atração regional. [...] A entrada da Bolívia torna o Mercosul muito mais forte", discursou Dilma.

O presidente boliviano, Evo Morales, cujo governo já havia anunciado a intenção de integrar o bloco como membro pleno no mês passado, chegou à reunião disposto a encurtar o caminho.

Decidiu assinar no próprio encontro o documento formal de adesão, nos moldes do que foi feito com a Venezuela, a quinta integrante do grupo fundado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Agora, a Bolívia ganha o status de "membro pleno em processo de adesão". Após a ratificação pelos demais países, La Paz terá até quatro anos para adotar regras tarifárias e legais do Mercosul.

SEM PARAGUAI

Como ocorreu na entrada efetiva da Venezuela em julho, a incorporação da Bolívia se dá sem a anuência do Paraguai, suspenso do bloco desde o impeachment relâmpago do presidente Fernando Lugo, em junho passado.

Ontem, o Mercosul ratificou que espera normalizar a situação paraguaia após as eleições de 2013. O presidente paraguaio, Federico Franco, voltou a dizer que considera "ilegais e ilegítimas" todas as decisões tomadas à sua revelia.

A situação paraguaia fez o protocolo da Bolívia incluir arranjos que permitam o endosso posterior de Assunção.

Em vez da capital paraguaia, tradicional depositária de documentos do bloco, é a secretaria do Mercosul que receberá o protocolo "provisoriamente". O texto diz que "está aberto a posterior adesão" de outros fundadores do Mercosul. Ou seja, o Paraguai.

Para o Brasil, a inclusão da Bolívia funciona também como um fortalecedor da entrada da Venezuela.

A incorporação da Bolívia ao Mercosul concretiza a meta brasileira de ampliar o bloco e atrair países com afinidades de ideologia e estratégia comercial -não fizeram tratados de livre-comércio, especialmente com os EUA.

Para o Brasil, a entrada da Bolívia, que responde por pouco mais de 20% do gás que o país consome, é estratégica.

"A Bolívia é o único país com o qual o Brasil tem deficit na balança comercial [na América do Sul] e a entrada dela consolida o novo momento do Mercosul, de expansão", diz Pedro Barros, chefe da missão do Ipea na Venezuela.

Até outubro, o deficit brasileiro foi de US\$ 1,5 bilhão. "Depois será a vez de Equador, Suriname e Guiana, nessa ordem."

Com acordo longe, cúpula climática estoura prazo. Giuliana Miranda – Folha de São Paulo. 08/12/2012

Negociações no Qatar se estenderam pela madrugada de ontem para hoje. Desavença quanto ao financiamento de ajuda a países pobres impediu a assinatura de um documento na sexta.

Representantes dos quase 200 países reunidos em Doha, no Qatar, não chegaram a um acordo, e a COP-18, cúpula do clima da ONU que deveria ter terminado ontem à noite, ficou sem hora para acabar -até o fechamento desta edição, a estimativa otimista falava numa conclusão na madrugada deste sábado.

A extensão do Protocolo de Kyoto -atualmente o único compromisso mundial contra o aquecimento, que vence no próximo dia 31- deve acabar saindo, apesar de um aparente descontentamento geral com o texto.

O negociador-chefe do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado, que recebeu do presidente da COP a missão de resolver a questão, resumiu o espírito do texto.

"Tem muita coisa que nós queríamos, que nós achamos importante, e que vai acabar ficando de fora. Mas estamos trabalhando com o melhor arranjo possível", afirmou.

Negociadores ouvidos pela Folha afirmaram que muito provavelmente a redução de emissões de gases-estufa prevista por esse "puxadinho" de Kyoto valerá até 2020,

quando deve entrar em vigor um grande pacto global, com metas de redução para todos os países.

QUENTE

A questão do chamado "hot air" -bônus de emissões da Rússia, Polônia e Ucrânia, que emitiram menos do que poderiam na primeira etapa e queriam levar para a segunda fase do acordo- encaminhava-se para um consenso.

Essas nações devem ter um "bônus" de no máximo 2,5% da meta original de redução.

E, para o descontentamento dos países da Europa Oriental e de alguns outros, a delegação brasileira parece ter conseguido colocar no texto mecanismos que limitam a possibilidade de negociação dos créditos de carbono vinculados a essas reduções.

De acordo com Figueiredo, um dos objetivos do Brasil nas negociações foi impedir a bagunça financeira que começou a rondar o mercado de créditos verdes.

Ou seja: países que não conseguiram cumprir suas metas de redução de emissões e desejarem usar as toneladas de carbono "sobressalentes" das dos outros poderão comprar os créditos, mas não devem poder revendê-los, evitando a especulação com esses títulos.

FINANÇAS EMPACAM

E, se chegar a um consenso sobre a redução das emissões já estava difícil, definir como pagar a conta é ainda pior, segundo o negociador brasileiro André Corrêa do Lago. "Ainda está tudo muito indefinido", disse.

Há três anos, os países desenvolvidos -como maiores responsáveis pelas emissões que já causam o aquecimento global- concordaram em financiar programas de adaptação nos mais pobres.

Ficou combinado um fundo rápido, de US\$ 30 bilhões até 2012. E, a partir de 2020, US\$ 100 bilhões anuais.

Os países em desenvolvimento exigem uma definição clara sobre como esse dinheiro será distribuído. Os ricos saem pela tangente e explicam que, com a crise econômica prolongada, isso fica mais difícil de dizer.

O clima de descontentamento era geral. Os EUA, considerados pelas ONGs os maiores vilões pela falta de avanço nesse assunto, bloquearam uma dezena de pontos no texto.

Costa Rica, Egito e vários outros países em desenvolvimento também já disseram que, do jeito que está, não aceitam o documento.

Em todo caso, o governo do Qatar já mandou reservar o centro de convenções e os ônibus que servem o evento até segunda-feira.

Reunião prorroga Protocolo de Kyoto - O Estado de S.Paulo. 09/12/2012

Acordo climático, que expiraria neste ano, continua até 2020; foi o único resultado positivo da Conferência do Clima da ONU em Doha

Com todos os eventos extremos que afetaram o mundo neste ano, era de se esperar mais. O mundo já está sentindo os impactos que podem ser trazidos pelas mudanças climáticas, mas o texto final apresentado ontem em Doha (Catar) na Conferência do Clima da ONU passa a impressão de que ainda há muito tempo para lidar com o problema.

Após duas semanas de negociações - e um encerramento adiado por pelo menos 26 horas na virada de sexta para sábado - não foi possível superar a falta de ambição que todos os países pediram, mas que nenhum teve condições de entregar. Nem contornar o velho dilema de países em desenvolvimento cobrando dos desenvolvidos financiamento para combater as mudanças climáticas. Mas a COP 18 trouxe ao menos um resultado que foi comemorado - a prorrogação do Protocolo de Kyoto até 2020.

O acordo, único legalmente vinculante que traz metas para os países ricos reduzirem suas emissões de gases de efeito estufa, expiraria no fim do ano. Com a decisão de Doha, um segundo período passa a valer já em 1º de janeiro, com menos participantes e novas metas de redução. Países da União Europeia, por exemplo, se comprometem a reduzir 20% de suas emissões. No caso do bloco, pode subir para 30%. O texto também prevê que em 2014 seja feita uma revisão desses valores.

O ponto mais sensível para a aprovação do documento foi a questão do chamado "ar quente", créditos de emissões reduzidas que países do Leste Europeu e ex-membros da União Soviética têm porque diminuíram suas emissões além da meta. A proposta era de que haveria uma concessão limitada (de 2,5%) para que esses países carregassem esse crédito para o segundo período de Kyoto.

O tema chegou a bloquear as negociações e tinha potencial de impedir que ele fosse aprovado, o que poria todo o resto a perder. A Rússia não entrou no 2º período, mas queria continuar usando seus créditos, mesmo sem ter novas metas de emissão.

Países em desenvolvimento, no entanto, exigiam que isso não acontecesse porque a tal redução "a mais" foi meio artificial. Como esses países eram muito ineficientes ao fim do regime comunista, ao adotarem simples ações de eficiência energética, puderam cumprir sua meta. Esse carregamento, dizem, pode comprometer a integridade ambiental do novo Kyoto.

Para o Brasil, que considerava a continuidade do protocolo essencial, o resultado poderia ter sido melhor. Um dos pontos que não foi decidido é como os países ricos vão desembolsar a partir do ano que vem, e até 2020, os US\$ 100 bilhões prometidos na COP de Copenhague. Um desejado mapa especificando isso não foi fechado em Doha.

Mas ao menos, afirmaram os brasileiros, se evitou o colapso de Kyoto. Ele vai servir como base legal, dizem, para a negociação de um novo acordo climático até 2015, para entrar em vigor em 2020, envolvendo todos os países. "Tínhamos de manter Kyoto para avançar em um novo acordo legal vinculante", disse a ministra do Meio Ambiente,

Izabella Teixeira. "É um modelo baseado em regras que garante que todo mundo envolvido está fazendo sua parte", disse o embaixador Luiz Figueiredo Machado, principal negociador do Brasil.

Prejudicados. Entre os países em desenvolvimento e ONGs, a sensação era de que os Estados insulares e as nações menos desenvolvidas foram as que mais perderam na negociação. Em todo o processo, eles foram bastante passionais ao praticamente implorar para que houvesse mais ambição, a fim de evitar que o planeta aqueça mais de 2°C. E queriam fortemente que fosse criado um mecanismo para lidar com suas perdas e danos.

Alguns países já estão além da possibilidade de se adaptar. "Só nos encontramos nessa situação porque os países desenvolvidos falharam em ajudar financeiramente", disse Pa Ousman, delegado de Gâmbia.

"Há um abismo moral entre o que foi decidido aqui e o que a ciência e a realidade mostram. Eventos extremos aconteceram neste ano em todo lugar, como o furacão Sandy, o tufão nas Filipinas, seca recorde no Brasil e nos EUA, e os países não se posicionaram para evitar isso", disse Carlos Rittl, da WWF-Brasil. "É um resultado píffio."

Cúpula do clima estende Kyoto até 2020 – Folha de São Paulo. 09/12/2012

Acordo final saiu com um dia de atraso e após madrugada de negociações; Rússia, Canadá e Japão não aderiram. Pontos polêmicos em discussão como a reparação aos países pobres pelos mais ricos ficaram para depois.

A conferência do clima da ONU, a COP-18, terminou ontem em Doha, no Qatar, aprovando a extensão do Protocolo de Kyoto, que expiraria no fim deste ano, até 2020.

A prorrogação de oito anos mantém vivo o único pacto já firmado entre as nações do planeta para a redução das emissões de gases-estufa.

Em vigor desde 1997, o protocolo comprometeu as nações desenvolvidas a reduzirem suas emissões em 5,2%, entre 2008 e 2012, em comparação com os níveis de 1990.

Apesar do resultado, a aprovação de um segundo período para Kyoto é mais um ato simbólico, já que com as deserções de Rússia, Canadá e Japão, os atuais signatários do pacto respondem por apenas 15% das emissões mundiais de gases-estufa.

"Agradeço a todos vocês pela boa vontade e pelo trabalho duro em levar o processo adiante", disse o presidente da conferência, Abdullah bin Hamad Al-Attiyah.

Com um dia de atraso e depois de uma intensa noite de negociações, os 194 países presentes chegaram a um acordo para um segundo período do protocolo de Kyoto, comprometendo União Europeia, Austrália e mais uma dezena de países industrializados a realizar os cortes acordados até 2020.

Os países haviam concordado no encontro do ano passado em Durban, na África do Sul, a trabalhar em favor de um novo acordo que compromettesse todos os países do mundo a reduzirem suas emissões, e não apenas os ricos. O novo acordo, prevê-se, deve ser concluído em 2015 e implementado em 2020.

Outros pontos polêmicos da conferência, como a ajuda aos países pobres para enfrentar os efeitos do aquecimento global e a reparação por parte dos países ricos pelos danos já causados, ficaram para depois também.

Barreiras argentinas e PIB do Brasil preocupam Mercosul. Daniel Rittner e Thiago Resende – Valor Econômico. 10/12/2012

O baixo crescimento do Brasil, as barreiras protecionistas da Argentina, a suspensão temporária do Paraguai e a demora da Venezuela em abrir plenamente seu mercado são fatores que causam uma onda de desânimo nos empresários do Mercosul. Quase todos apontam a dificuldade em transformar o potencial de negócios em aumento efetivo do comércio e dos investimentos.

Um dos alvos preferenciais das queixas é o protecionismo argentino. "As nossas vendas para a Argentina, até novembro, caíram 15% na comparação com mesmo período do ano passado", disse o presidente da União dos Exportadores do Uruguai, Álvaro Queijo. Para ele, a crise internacional acentuou a tendência do bloco de impor barreiras ao comércio, mesmo entre seus próprios sócios.

"Ninguém está satisfeito com o ritmo em que o Mercosul vem caminhando", completou o uruguaio. Ele pediu que os governos do bloco preservem os países vizinhos de barreiras erguidas para evitar a entrada de produtos asiáticos. E cobrou o principal membro do Mercosul: "Reconheço que o país tem suas lutas internas, entre os Estados, mas o Brasil também deveria imprimir mais velocidade na sua liderança."

De acordo com Luis González Arias, representante da União Industrial Paraguaia (UIP) e ex-embaixador do Paraguai no Brasil, a suspensão temporária do país do Mercosul dificultou ainda mais a entrada de seus produtos na Argentina. Ele relatou que embarcações paraguaias transportando contêineres para a Argentina, por rio, têm sido parados na fronteira para uma inspeção de segurança que é cobrada dos exportadores e atrasa a entrega das mercadorias.

"Não há nenhum diálogo com o governo argentino", protestou González Arias, que defende a legalidade do processo de destituição do ex-presidente Fernando Lugo, fato que gerou a suspensão do Paraguai. "Nem sequer a diretora paraguaia da aduana é recebida oficialmente pelos argentinos. É um disparate", concluiu.

O presidente da seção venezuelana da Câmara de Comércio e Indústria Venezuela-Brasil, Nelson Quijada, destacou a possibilidade de crescimento dos negócios entre os dois países, mas reclamou do desequilíbrio na balança comercial. No ano passado, o Brasil exportou US\$ 4,5 bilhões para a Venezuela, mas comprou apenas US\$ 1,2 bilhão. "Nenhuma relação tão desbalanceada se sustenta por muito tempo", afirmou.

Para Rubens Gama, diretor do departamento de promoção comercial e investimentos do Ministério de Relações Exteriores, é necessário ter uma maior integração produtiva entre as nações do bloco e o fortalecimento de pequenas e médias companhias.

Gama avalia que ainda há muito potencial de comércio entre os países do Mercosul. No caso brasileiro isso ocorre principalmente em relação a produtos manufaturados - setor em que o país é "mais competitivo" frente às outras economias do bloco.

Paralelamente à cúpula de chefes de Estados do Mercosul, foi realizado o 1º Fórum Empresarial do Mercosul, uma forma de que o encontro não fosse apenas governamental.

As discussões foram centradas em quatro áreas: agronegócio, energia, inovação e infraestrutura. Gama destacou que o setor empresarial aponta a necessidade de melhorias, principalmente, em logística para aumentar a integração internacional.

Estudo feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que, se R\$ 12,9 bilhões fossem investidos em oito eixos de transporte de cargas do Mercosul até 2020, os gastos com logística cairiam R\$ 1,8 bilhão por ano. O eixo rodoviário Buenos Aires-São Paulo foi uma das obras citadas.

Além disso, com problemas econômicos internos, a Argentina passou a adotar uma política cambial e medidas que mudaram o comércio internacional do país, de acordo com Soraya Rosar, gerente-executiva de negociações internacionais da CNI. "O Brasil tem sido um dos países mais afetados, tendo em vista que temos um grande comércio com a Argentina". Outra demanda dos empresários é a redução de burocracias nas fronteiras.

As "chances" da Europa e Mercosul. Sergio Leo – Valor Econômico. 10/12/2012

Realizada quase que somente para ganhar tempo, por sugestão dos /ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, pouco entusiasmados com a ideia de aprofundar as negociações de livre comércio entre Mercosul e Venezuela, a consulta pública oficial feita a empresários brasileiros sobre o interesse em buscar o acordo com os europeus surpreendeu autoridades, com muito mais apoios à negociação do que imaginava o governo. No entanto, o acordo Mercosul-União Europeia foi um dos temas desdenhados na cúpula do bloco sul-americano, realizada na semana passada.

O assunto pairou, apenas, pela cúpula. O presidente uruguaio, Pepe Mujica, que presidirá o Mercosul nos próximos seis meses, declarou, após encontro com a presidente Dilma Rousseff, ver a crise europeia como uma chance para obter o acordo. O aperto fiscal na Europa facilita a remoção de um obstáculo, os escandalosos subsídios agrícolas europeus, disse Mujica, ao prever que o acordo com a UE seria um dos principais temas em Brasília. Não foi. Na extensa declaração dos presidentes do bloco, após três parágrafos sobre China, o item 50, de 61, fala de "apoio" à negociação com os europeus, por um acordo "abrangente e equilibrado".

Continua valendo, porém, a advertência levada ao Congresso _ e ao próprio governo _ pelo ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota: para o Brasil, nessa discussão

de comércio com a União Europeia, ficar parado não é manter o status quo; é retroceder. Em 2013, o Brasil, por já ter deixado de ser uma economia pobre há tempos, perderá o direito a tarifas mais baixas de importação na Europa, pelo Sistema Geral de Preferências (SGP) _ que hoje facilita a entrada de 12% das vendas do país ao continente.

Com novos sócios do bloco, acordos ficam mais distantes

Com o fim do SGP, exportações brasileiras de produtos tão distintos quanto químicos, autopeças e calçados ficarão mais caras para o consumidor europeu e correm o risco de perder sua já combatida competitividade. Os europeus minimizam o impacto do corte do SGP e falam em queda de apenas 1% nas vendas do Brasil, o que, além de ser muito abaixo do que acredita o governo brasileiro, subestima o impacto sobre alguns dos principais produtos manufaturados vendidos à Europa.

Além disso, os europeus vêm consolidando seu espaço na América do Sul, nos países mais ativos em matéria de acordos comerciais; hoje, o Parlamento Europeu discute a ratificação do acordo de livre comércio com Colômbia e Peru, que deve ser confirmada amanhã e facilitar a venda de produtos químicos e automotivos europeus - entre outros - nesses dois países, abrindo espaço para produtos alimentícios colombianos e peruanos na União Europeia.

A União Europeia reduziu o status do Mercosul em seus planos estratégicos de ampliação de comércio, parte pelas dificuldades em superar seu próprio protecionismo agrícola, parte pelo cenário desalentador exibido pelo crescente protecionismo dentro do Mercosul. Mas, em 24 de janeiro, estarão no Brasil, para um encontro de cúpula do país com a União Europeia, o presidente do bloco europeu, José Manuel Barroso, o presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e o comissário de Comércio, Karel De Gucht. Em seguida, irão reunir-se com o Mercosul, para falar do acordo comercial, durante o encontro de cúpula dos países latino-americanos, no Chile.

Dilma Rousseff emite sinais ambíguos sobre o que pensa da oportunidade com os europeus. Declara apoio às negociações do acordo entre Mercosul e União Europeia, mas demonstra, para pessoas próximas, pouca expectativa de êxito. A verdade é que o próprio Mercosul se afasta das já difíceis perspectivas de um acordo abrangente com a Europa.

Na noite de sexta-feira, após a cúpula em Brasília, Dilma conversou por três horas com a presidente da Argentina, Cristina Kirchner, sobre travas comerciais entre os dois maiores sócios do Mercosul. À saída, autoridades exibiram sorrisos e declarações otimistas, mas a conversa foi dura.

Dilma cobrou de Cristina o fim da discriminação contra Brasil, que elevou importações argentinas de bens europeus e americanos enquanto reduziu compras dos mesmos produtos originadas do Brasil, sob o controle discricionário do ministro de Comércio Interno argentino, Guillermo Moreno. Os brasileiros ouviram também queixas de barreiras brasileiras e concordaram em coordenar melhor o acompanhamento do comércio bilateral e avaliar a situação em encontro de técnicos, em janeiro.

As pouco transparentes barreiras argentinas começam, porém, a tornar-se obstáculo menor aos futuros acordos comerciais do Mercosul, frente à maneira atabalhoada como o bloco busca sua expansão. Semana passada, seis meses após a oficialização da entrada da Venezuela no Mercosul, diplomatas brasileiros comemoravam, durante a cúpula, o tímido avanço das conversas com os venezuelanos para incorporar as normas do bloco e abrir portas ao livre comércio com os sócios.

Foi apresentada como sinal de êxito a decisão venezuelana de adotar, já no ano que vem, o mesmo sistema de classificação de produtos do comércio exterior vigente no Mercosul - passo mínimo a se esperar em um acordo de integração.

Ninguém na região sabe dizer o como serão compatibilizados o status de sócio da Venezuela no Mercosul com a volta do Paraguai, em abril, após as eleições que marcarão a normalização democrática no país. Suspenso do bloco após o precipitado impeachment do presidente Fernando Lugo, o Paraguai rejeitou no Senado a sociedade com a Venezuela. É assim, sem saber como abrigar venezuelanos e paraguaios no mesmo salão, que o Mercosul agasalhou às pressas um protocolo de adesão da Bolívia.

Negociações comerciais do bloco já teriam de prever dois trilhos de discussão; um deles, à parte, só para os venezuelanos. Com os bolivianos em processo de entrada, o Mercosul pode ter assentado uma pedra tumular sobre as perspectivas de participar do processo mundial de formação de acordos de liberalização comercial.

Na próxima coluna, volto a falar da Bolívia, novo sócio.

Após Doha, meta de ambientalistas é fechar acordo global em 2015. Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 10/12/2012

As negociações climáticas terminaram um capítulo em Doha, no Qatar, e têm à frente um desafio muito maior: chegar a um acordo global em 2015 que resolva o problema a partir de 2020. No sábado à noite, quando se encerrou a COP18, isso parecia difícil e distante. Não há dinheiro, não há vontade política e não há liderança.

"Será duro", confidenciou a comissária do Clima europeia, Connie Hedegaard, a Kumi Naidoo, diretor-executivo do Greenpeace nos últimos minutos do encontro em Doha. À imprensa, instantes depois, ela disse que "agora vamos ter que construir o futuro regime. Temos que ver como podemos deixar o que é velho para trás".

A negociação climática chegou a uma fase crítica. O Protocolo de Kyoto entrou em seu segundo período de compromisso. Isso garante um arcabouço legal para o futuro e estimados 18% de redução nas emissões de gases-estufa em 2020 em relação aos níveis de 1990. Estudos científicos dizem que é preciso chegar a algo entre 25% e 40% nas próximas décadas, mas esses números não estão sobre a mesa. O financiamento a uma economia de baixo carbono é o tema-chave da transição e não avança.

Em Doha os negociadores conseguiram apenas prolongar a atuação de um plano de trabalho para discutir o assunto. Dinheiro de curto prazo para que países mais pobres e vulneráveis possam se adaptar aos impactos da mudança do clima não foi acertado como um compromisso dos países ricos. Não há um caminho claro para que se chegue

aos US\$ 100 bilhões ao ano para enfrentar o problema a partir de 2020, como promessa feita pelos governos na conferência de Copenhague, em 2009. Ao ser negociado a partir do ano que vem, o novo acordo, que pretende finalmente reunir todas os países na mesma moldura, terá que resolver as pendências que estão aqui: quem paga a conta, quem corta mais, quem faz os maiores esforços, como se ajudam os mais pobres, como transferir tecnologias limpas, como financiar tudo isso.

Os representantes dos governos, em Doha, começaram a falar com mais frequência sobre a necessidade de se ter mais recursos privados para as questões do clima. "Todos sabem que os governos não vão conseguir solucionar esse desafio sem recursos do setor privado", disse o embaixador André Corrêa do Lago, chefe dos negociadores brasileiros em Doha.

"Não vamos conseguir resolver o problema da mudança do clima sem grandes quantidades de dinheiro tanto em mitigação dos gases-estufa como em adaptação", diz Jennifer Morgan, diretora do programa de clima e energia do World Resources Institute, um think tank de pesquisa nesse campo com base em Washington. É preciso direcionar a economia para uma produção mais limpa e menos emissora, com mais fontes de energia renovável e menos dependente dos combustíveis fósseis. "Isso tem que acontecer em todos os lugares", diz ela.

"Se quisermos ficar nos 2°C de aquecimento da temperatura temos que ter dinheiro público e dinheiro privado", diz Samantha Smith, a coordenadora da iniciativa de clima e energia do WWF. São os governos, diz ela, que têm que providenciar recursos para que seja possível se adaptar aos impactos do clima fazendo obras caras de infraestrutura. "E também é preciso dinheiro público para estimular que a economia se volte a atividades e fontes de baixo carbono."

A busca por novas fontes de recursos para financiar a transição à economia de baixo carbono vem sendo feita nos últimos anos. Há iniciativas para criar uma taxa de carbono e também para taxar as emissões aéreas e marítimas, mas há forte oposição dos governos em tomar tais medidas. "Esse processo não vai a lugar nenhum sem a liderança dos chefes de governo", diz Martin Kaiser, especialista em clima do Greenpeace. "Se essas conferências continuarem como 'business as usual', ou seja, com tudo como sempre foi, irão acabar com a sua reputação."

Carlos Rittl, coordenador do programa de mudança do clima do WWF-Brasil diz que há "um abismo moral" entre o que dizem os cientistas e o que vem sendo negociado nas conferências do clima. "Esse é um processo multilateral que é falho, mas o relógio está girando e é preciso que os governos liderem e assumam esse problema", diz ele. "Continuamos com compromissos vagos, metas sem ambição e sem dinheiro."

"Temos que ter lideranças nacionais fortes que implementem políticas públicas e vejam que a mudança do clima é um grande risco para todos nós", diz Jennifer Morgan, do WRI. "Os chefes de Estado deveriam dizer que esse é o desafio da nossa geração e enfrentar o problema."

Sem consenso sobre o clima - O Estado de S.Paulo. 11/12/2012

O fato de a 18.^a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em Doha, ter terminado sem que houvesse consenso sobre as questões mais relevantes desse debate crucial para o futuro do planeta não surpreendeu ninguém. Um acordo fechado no apagar das luzes serviu para salvar as aparências. Serviu também como prova documental de que os problemas relativos ao clima continuam fortemente atrelados a questões nacionais, problema que precisa ser enfrentado, mais cedo ou mais tarde.

Os mais otimistas dirão que a conferência deste ano foi menos atribulada que a de 2011, quando o final foi adiado diversas vezes, sem que houvesse substanciais avanços. Desta vez, em Doha, foi necessário apenas um adiamento, mas o esforço para cumprir o calendário não significa grande coisa, quando se observa que o mais importante no encontro foi somente a prorrogação do moribundo Protocolo de Kyoto, de 2012 para 2020, de resto algo que já era previsto.

O Protocolo de Kyoto de 1997, que prevê metas de redução de emissão de gases do efeito estufa nos países industrializados, é o único instrumento jurídico global referente ao clima. Um de seus mecanismos cria o mercado dos "créditos de carbono", títulos concedidos a empresas e países que reduzem suas emissões de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa. Esses créditos podem ser negociados e comprá-los significa, na prática, obter permissão para elevar a emissão de gases. Em Doha, um dos grandes impasses deu-se justamente quando a Rússia e a Polônia defenderam o direito de usar, na segunda fase do compromisso de Kyoto, a partir de janeiro de 2013, os créditos que acumularam durante o primeiro período do acordo. No entanto, havia o temor, manifestado inclusive pelo governo do Brasil, de que o mercado fosse inundado por esses créditos, reduzindo dessa forma o valor do carbono e facilitando as emissões, o que é o exato oposto do objetivo do acordo. Ficou acertado então um limite para a venda dos títulos, o que deixou a Rússia insatisfeita, a tal ponto que Moscou analisa a hipótese de tomar providências jurídicas contra o resultado das discussões.

Outro problema importante que ficou sem solução em Doha foi o da ajuda dos países desenvolvidos para que os países em desenvolvimento possam enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. Houve pedidos para a criação de um pacote de socorro de US\$ 60 bilhões até 2015, uma espécie de adiantamento dos prometidos US\$ 100 bilhões anuais até 2020, conforme acertado na conferência de 2009, em Copenhague. Os países desenvolvidos confirmaram seu compromisso, mas deixaram claro que, em razão das restrições orçamentárias provocadas pela crise na Europa, não é possível, por ora, ir além da realização de "reuniões de trabalho" no ano que vem para ver de que maneira a meta poderá ser cumprida. A ministra brasileira do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse que a conferência foi "um sucesso", mas queixou-se de que os países ricos não estão apoiando suficientemente as nações em desenvolvimento, e considerou tal comportamento "inaceitável".

É evidente que o governo de cada país tem de atuar segundo os seus interesses nacionais, e seria um contrassenso esperar o contrário. Também não é correto supor que os Estados ricos estejam inertes ante o problema do clima ou, como quer fazer crer a propaganda ideológica abrigada pelos movimentos ambientalistas, que esses Estados boicotem as soluções globais, para preservar seus privilégios. No entanto, hoje há consenso de que o aquecimento global não é mais uma questão de opinião e que cada

ano perdido em negociações tão pomposas quanto inúteis servirá somente para agravar a situação. Um novo tratado climático terá de ser fechado até 2015, em Paris, para que entre em vigor em 2020, em substituição ao de Kyoto. Assim, está mais do que na hora de os países poluidores, tanto os desenvolvidos quanto os emergentes, aceitarem sem mais procrastinação sua obrigação de unir esforços para reverter as mudanças climáticas.

Rússia diz que estuda bloqueio à carne brasileira após caso de vaca louca – Folha de São Paulo. 11/12/2012

A Rússia, principal destino da carne bovina "in natura" do Brasil, disse que estuda suspender a importação do produto depois da confirmação do primeiro caso de vaca louca no país.

"Nós estamos analisando", afirmou Alexei Alekseenko, porta-voz do órgão de fiscalização de saúde animal, sem dar mais detalhes.

Se confirmada, a suspensão terá um impacto significativo para o setor.

A Rússia foi responsável por 27% das vendas externas de carne bovina "in natura" do Brasil de janeiro a setembro. No mês passado, o país suspendeu o embargo às exportações de carnes dos Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Mato Grosso,

O Brasil respondeu por 43% da carne bovina importada pela Rússia nos nove primeiros meses deste ano.

Na semana passada, o Japão anunciou a suspensão da importação de carne processada do Brasil, após a confirmação da presença da proteína do agente causador da doença da vaca louca em um animal em Sertãoópolis (PR).

Como o animal não morreu em decorrência do mal da vaca louca, o caso foi chamado de "não clássico" pelo Ministério da Agricultura.

O Japão não é grande importador de carne do Brasil. No ano passado, foram 1.400 toneladas -0,3% da compra do país asiático.

Governo abre ofensiva para explicar vaca louca – Folha de São Paulo. 11/12/2012

Ação do Ministério da Agricultura pretende evitar que outros países sigam o Japão, que barrou a carne brasileira

Para evitar que outros países sigam o exemplo do Japão e decidam suspender a compra de carne brasileira, o Ministério da Agricultura promoverá ao menos 20 missões técnicas em mercados consumidores a partir de hoje.

O objetivo é dirimir qualquer dúvida sobre o caso no qual o agente causador do mal conhecido como vaca louca foi identificado em um animal morto em 2010 em uma fazenda do Paraná.

Segundo o secretário de Defesa Agropecuária, Ênio Marques, o governo pretende fazer também reuniões bilaterais em Paris e em Genebra nas próximas semanas para "esgotar o assunto".

Foi a primeira vez que o Brasil registrou a presença do agente da doença. A OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) decidiu, contudo, manter a classificação do país como de risco insignificante para o mal da vaca louca.

Mesmo assim, o Japão anunciou a suspensão das importações de carne brasileira no último sábado, um dia após o governo confirmar a existência do caso.

A reação não surpreendeu o presidente da Abiec (associação dos exportadores de carne bovina), Antonio Camardelli, pois o Japão historicamente não segue as recomendações da OIE.

"Os japoneses normalmente adotam critérios maiores do que os necessários", diz.

O governo também considerou a precaução excessiva, pois o país não compra carne bovina "in natura" do Brasil, apenas processada.

Os países signatários da OMC devem acompanhar as decisões da OIE. Por isso, o governo não crê em uma reação em cadeia.

IMPACTO RESTRITO

As compras japonesas representam cerca de 0,1% do total das exportações brasileiras de carne bovina.

De janeiro a outubro deste ano, o Brasil exportou o equivalente a US\$ 7,6 milhões em carne bovina industrializada para o Japão, enquanto as exportações totais de carne bovina do país somaram US\$ 4,8 bilhões no período.

Apesar do impacto comercial restrito, a reação acendeu um alerta no governo, que decidiu acionar embaixadores e adidos agrícolas em seus principais mercados.

Nos próximos dias, eles farão reuniões para apresentar relatórios com informações sobre o caso.

A agenda começará justamente com os japoneses. Ontem, o adido agrícola japonês no Brasil já havia recebido esclarecimentos dos técnicos do Ministério da Agricultura, em Brasília. Ainda não há, no entanto, previsão de quando o país autorizará novamente a compra de carne brasileira.

Brasil e Colômbia estreitam laços em benefício do desenvolvimento rural – Site do MDA. 12/12/2012

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, recebeu, na tarde desta quarta-feira (12), o ministro da Agricultura da Colômbia, Juan Camilo Restrepo. O

objetivo do encontro foi estreitar laços de cooperação entre os dois países, em prol do desenvolvimento agrário e sustentável.

Pepe Vargas garantiu que o ministério contribuirá com o que for necessário para o crescimento rural da Colômbia. “A Colômbia é importante para nós. Temos todo o interesse em colaborar nesse processo de apoio à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural do país”, afirmou o ministro. Pepe Vargas apresentou a Juan Restrepo as políticas públicas destinadas aos agricultores brasileiros e sugeriu que fossem feitas visitas técnicas à Colômbia, além de uma agenda de trabalho a ser implantada em breve.

Juan Restrepo comentou que as famílias colombianas estão retornando às suas terras, após um período de confrontos internos no país. “É um momento muito importante na Colômbia, em que estamos buscando caminhos para a paz e para o desenvolvimento rural.” O ministro da Agricultura da Colômbia afirmou que a política agrária é muito forte no país. “Queremos investir nas terras com programas sustentáveis.”

Políticas públicas

Para o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/MDA), Carlos Guedes de Guedes, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar brasileira podem auxiliar a Colômbia nesse processo. “Identificamos várias iniciativas importantes relacionadas à questão agrária. Na regularização fundiária, principalmente na Amazônia colombiana, o trabalho que o Programa Terra Legal já desenvolve pode auxiliar muito, não só com a regularização, mas, também, com o controle do desmatamento ilegal.”

Outra questão apontada pelo presidente do Incra foi o retorno dos camponeses colombianos às terras. “Esse é um trabalho muito parecido com o que o Incra faz nos assentamentos de reforma agrária, onde elas começam uma nova vida. O Incra se vê muito comprometido nessa parceria”, disse Guedes.

Mercosul puxou AL para baixo este ano, mas deve acelerar em 2013. Sergio Leo e Lucas Marchesini – Valor Econômico. 12/12/2012

A forte queda no ritmo de crescimento das economias do Brasil e da Argentina impediu um melhor desempenho da América Latina. A recuperação econômica nesses dois países, porém, deve fazer com que a região cresça bem acima da média mundial no ano que vem, previu a Comissão Econômica para América latina e Caribe (Cepal), em seu "Balanço Preliminar".

O aumento no Produto Interno Bruto (PIB) latino-americano e caribenho deve ser de 3,1% neste ano (4,3%, se excluídos Brasil e Argentina), e, para 2013, a previsão de crescimento é de 3,8%, com a recuperação do setor agrícola argentino e da indústria brasileira, e um relativo dinamismo no consumo interno dos demais países, caso os EUA evitem uma nova recessão e a China volte a crescer suavemente.

Economia da América Latina

Evolução do PIB, em %

País	2011	2012*	2013**
Argentina	8,9	2,2	3,9
Bolívia	5,2	5,0	5,0
Brasil	2,7	1,2	4,0

A Cepal estima em 1,2% o crescimento brasileiro em 2012 e em 4% no ano que vem, quando, preveem os economistas da comissão, o Brasil deverá ficar acima da média regional, de 3,8%, e superar o México, Venezuela, Equador e Costa Rica, todos com 3,5% previstos de aumento do produto Interno Bruto.

Em 2012, porém, o Brasil ficou bem atrás não só dos países com economias abertas e livre mercado como de países com governos fortemente intervencionistas, como Venezuela, Equador e Bolívia. Seis países terão crescimento acima de 5% neste ano: Panamá, Peru, Chile, Venezuela, Costa Rica e Bolívia.

O coeficiente médio de investimento (formação bruta de capital fixo) entre os países na região chegou a 22,9% do Produto Interno Bruto, a percentagem mais alta desde 1981, mas a queda no ritmo desse indicador no Brasil e Argentina, países que representam mais de 40% do PIB regional, impediu que os investimentos fossem o principal fator de crescimento na América Latina e Caribe neste ano.

A taxa de investimento do Brasil, de 19% do PIB, é muito inferior à de países como Colômbia, Peru e Chile, com taxas que vão de 21% a 23%, disse o secretário-executivo-adjunto da Cepal, Antônio Prado. Ele rejeitou, porém, a tese de que as intervenções governamentais na economia foram uma das principais razões de retração dos investidores. O longo período com o real valorizado e a forte mudança de preços relativos com a recente desvalorização elevou custos das indústrias, o que tem efeito negativo no curto prazo, avaliou. "Em médio e longo prazos os efeitos serão positivos; no último trimestre o crescimento dos investimentos já está próximo de 4%", comentou.

Em 2012, as exportações da região cresceram discretamente, 1,6%, principalmente com alta dos volumes exportados, já que as cotações das principais commodities de exportação latino-americanas caíram. O Brasil foi o único, entre os principais países, a ter queda tanto nos preços quanto nos volumes de seus principais produtos exportados. Com a retração dos mercados externos, o crescimento na região foi puxado pelo consumo interno, facilitado pelo manejo das políticas monetária ou fiscal, e pelo consumo público. Venezuela e Equador estão entre os que mais recorreram ao gasto público para sustentar a economia. Em 2013, porém, a Cepal prevê queda no ritmo de crescimento desses dois países, respectivamente de 5,3% para 2% e de 4,8% para 3,5%.

Em geral, o investimento na América Latina se concentrou nos setores de construção civil e comércio, mais que na compra de máquinas e equipamentos. Os governos evitaram medidas de contenção de consumo e crédito e países com regimes de metas de inflação, como México e Peru deixaram os índices temporariamente acima dos limites superiores das metas.

Os países da América Latina, na maioria, souberam resistir à crise, mas o impacto foi diferenciado, conforme os principais mercados de cada país e seus principais produtos de exportação. As vendas da região à União Europeia caíram 4,9% e à China, 0,9%; mas subiram 1,4% entre os próprios países latino-americanos e 4,8% para os EUA (o que beneficiou especialmente o México, economia mais ligada ao desempenho americano).

Conferência do Clima mal cumpre sua baixa expectativa – Valor Econômico. 12/12/2012

A Conferência do Clima das Nações Unidas em Doha (COP-18) apenas acentuou a deterioração dos compromissos para reduzir a emissão de gases que provocam o aquecimento global. A batalha para conseguir com que a temperatura do planeta não se eleve em mais de 2 graus Celsius, limiar para catástrofes climáticas de grande envergadura, está sendo perdida. A cada conferência, as expectativas têm sido lamentavelmente reduzidas e parece cada vez menor a capacidade, ou mesmo a vontade, de vencer os impasses. Desde o grande fracasso em Copenhague, esses encontros perderam substância a ponto de muitos negociadores considerarem agora uma vitória ou um passo à frente a simples garantia de que as mesmas questões continuarão sendo discutidas em uma próxima conferência.

Por um triz, o Protocolo de Kyoto ganhou sobrevida. Tímido e já inadequado diante das necessidades atuais, o protocolo foi estendido até 2020, uma decisão que pode atender à simbologia diplomática, mas que tem poucos efeitos práticos sobre o clima. Em sua segunda fase, sequer contará com o Japão, Canadá e Rússia, país que na última hora aderiu ao Protocolo e permitiu arregimentar um time de nações responsáveis por 55% das emissões globais. Foi estabelecido que as nações desenvolvidas signatárias - os EUA pularam fora - deveriam reduzir entre 2008 e 2012 as emissões de gases que provocam o efeito estufa em 5,2% em relação ao nível de 1990. Após Doha, Kyoto só contará com países da União Europeia e Austrália, um conjunto responsável por apenas 15% das emissões totais.

Na conferência anterior, em Durban, os países se comprometeram a formatar um acordo envolvendo todas as partes - os países emergentes não têm compromissos nos termos de Kyoto - até 2015, para vigorar a partir de 2020. Novas divergências emergiram em Doha e até mesmo o início dessa discussão vital foi postergado. Dois novos problemas paralisantes foram levantados na conferência e consumiram grande parte das atenções.

O primeiro deles dizia respeito ao que fazer com os créditos de carbono de Rússia e outros países da Europa do Leste que, com o fim do comunismo, viram suas economias naufragarem - e suas emissões também. Pelos mecanismos de Kyoto, esses países poderiam vender créditos para países que precisam compensar parcialmente sua agressão ao ambiente. Só que isso aconteceria em uma escala tão grandiosa que aviltaria a tal ponto o preço desses créditos que o mecanismo contrariaria as intenções para os quais foi criado - serviriam de estímulo a mais degradação ambiental.

O segundo, mais importante, foram pedidos adicionais de recursos às nações ricas para compensar os efeitos do aquecimento global nos países mais pobres e vulneráveis. Os países desenvolvidos já se comprometeram com US\$ 100 bilhões anuais em 2020 e algo

como US\$ 30 bilhões até 2015. A pressão de China e outros países emergentes, porém, mudou sutilmente os termos da discussão e produziu mais um impasse. Contribuições voluntárias e acordadas são uma coisa, compensações são outra bem diferente. É impossível que os países desenvolvidos aceitem e, ainda mais, assumam um compromisso internacional, responsabilizando-se por eventos climáticos extremos em qualquer parte do planeta e paguem com dinheiro essa presumida culpa. O dinheiro prometido para 2020 está assegurado, e os pedidos extras no curto prazo foram discretamente rejeitados. A recusa acabou sendo debitada à crise que assola a Europa e que ainda não abandonou de vez os Estados Unidos.

Quando não é possível contabilizar avanços significativos nas conferências, a probabilidade de que haja retrocessos é fatal. China, o maior emissor mundial, e outros países emergentes voltaram a levantar objeções para escapar de acordos externos que limitem sua capacidade de manejar a economia doméstica. Os EUA sempre fizeram a mesma coisa, mas sem muito estardalhaço. Ambos, com a ajuda de coadjuvantes, foram os responsáveis pelos fracassos sucessivos das COPs. A crise econômica nos países ricos promete ser longa e continuará servindo de espantinho a afastar acordos globais sobre o clima. Serão necessários muitos anos até que um entendimento seja alinhavado. E o tempo, infelizmente, conspira a favor do aquecimento global.

Mercosul rumo ao engessamento – O Globo. 13/12/2012

O noticiário argentino sobre a contagem regressiva para o governo de Cristina Kirchner fechar definitivamente o cerco em torno do Grupo Clarín terminou, em certa medida, deixando em segundo plano, no noticiário sobre a América Latina, o encontro de cúpula do Mercosul em Brasília, semana passada, com a presença da presidente argentina. Também a ausência do caudilho venezuelano Hugo Chávez, prestes a se submeter em Cuba à quarta operação contra um câncer, reduziu o interesse em torno da reunião - a presença de Chávez é sempre garantia de algo bizarro.

E como a própria agenda da cúpula não ajudou, a reunião foi uma das menos interessantes dos últimos tempos. Mas não de todo, porque se voltou a tratar da entrada de Bolívia e Equador como sócios plenos do bloco. Assim, o Mercosul, depois de permitir o ingresso da Venezuela de Chávez, numa manobra oportunista de Brasil e Argentina, prepara-se para absorver outra parte da Alba, a Aliança Bolivariana para as Américas, palco armado pelo próprio Chávez para nele desfilar com seu proselitismo contra o "imperialismo". Neste ritmo, o próximo passo para o Mercosul será absorver Cuba, Nicarágua, assim por diante.

Se o objetivo for apenas político, de formar uma anacrônica trincheira contra os "ricos", tudo certo. Mas, se visar ao desenvolvimento pela rota segura do comércio exterior, nada feito. O Mercosul caminha para o engessamento nas negociações multilaterais e para a insignificância.

Submeter o Mercosul à Alba - impensável tempos atrás - é uma decorrência até lógica da manobra golpista de Brasil e Argentina de aproveitar o afastamento de Lugo da presidência do Paraguai pelo Congresso, tachar o fato (polêmico), sem maiores discussões, de atentado contra a democracia, suspender o país do bloco, contrabandear Chávez para dentro do Mercosul e torná-lo fato consumado.

Como o Congresso paraguaio se recusava a votar o salvo-conduto para a Venezuela ser convertida em membro titular do Mercosul, a punição ao país resolveu o problema. O Paraguai, porém, deverá retornar ao bloco depois das eleições de abril. Contratou-se uma provável crise para o primeiro semestre.

Enquanto isso, acordos bilaterais continuam a ser feitos no mundo e se forma outra união comercial no continente (Chile, Colômbia, Peru e México, a Aliança do Pacífico), com mais flexibilidade do que este Mercosul bolivariano.

Se é difícil imaginar algum acordo com países importantes do ponto de vista comercial com Chávez à mesa - ou um fiel seguidor de sua corrente ideológica -, o que dizer de Evo Morales e Rafael Correa, da Bolívia e do Equador?

No final de janeiro, missão da União Europeia terá reunião de cúpula no Brasil e depois se encontrará com a bancada do Mercosul. Será um teste para o bloco já sob influência chavista. Vide os rumos do governo de Cristina K. Não se pode ser otimista.

Discussões sobre acordo Mercosul-UE podem ser retomadas em janeiro. Sergio Leo – Valor Econômico. 13/12/2012

A adesão da maioria dos empresários nacionais à reabertura das negociações de livre comércio entre Mercosul e União Europeia (UE) surpreendeu o governo e deve levar o Brasil a propor, apoiado pelo Uruguai, a retomada das discussões com os europeus no próximo encontro de autoridades dos dois blocos, em janeiro de 2013.

A consulta pública aberta em setembro pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) resultou em ofertas de abertura de mercado equivalentes a mais de 80% dos produtos comercializados pelo Brasil. A próxima reunião da Camex, ainda neste mês, deverá decidir a estratégia a ser seguida dentro do Mercosul e com os europeus.

Embora o acordo entre os dois blocos tenha merecido apenas um parágrafo protocolar no comunicado oficial de 61 parágrafos da cúpula do Mercosul, o tema chegou a ser discutido pelos presidentes. A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, mostrou-se mais reservada e a delegação da Venezuela mostrou pouco interesse. O prosseguimento das negociações foi defendido por Dilma Rousseff e pelo presidente uruguaio, José Mujica, que detém, até julho, a presidência temporária do Mercosul.

Representantes do Mercosul e da União Europeia (UE) terão um encontro no fim de janeiro, às margens da reunião da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e caribenhos (Celac), em Santiago. O Brasil deve propor que a reunião com os europeus, em lugar de ministerial, como no ano passado, seja em nível de presidentes. Antes, o Mercosul deve se reunir para decidir se apresenta à UE uma proposta de data para troca de ofertas de liberalização comercial (passo essencial para fechar o acordo de livre comércio).

Não há, ainda, definição sobre o que querem os empresários argentinos ou uruguaiois. No Brasil, o Itamaraty chegou a propor em setembro, na Camex, a definição das propostas a serem discutidas com os sócios do Mercosul e apresentadas aos europeus. A pedido dos ministérios da Fazenda e Desenvolvimento, decidiu-se, porém, abrir a

consulta aos empresários, o que resultou em grau inesperado de interesse, semelhante ao que havia em 2004, quando houve a última tentativa de acordo.

Para surpresa no governo, o total de produtos com ofertas de liberalização pelo setor privado chegou próximo de 88% das mercadorias comercializadas pelo Brasil, em uma primeira lista - reduzida, depois, com a avaliação mais detalhada, mas ainda acima de 80%. Alguns setores, no Brasil, porém, preferiram evitar ofertas de liberalização e manter tarifas altas contra os europeus, como é o caso do setor siderúrgico, que já entra na Europa com tarifa zero.

O setor agrícola está engajado na retomada das negociações. Em novembro, dez das maiores associações do setor enviaram cartas aos ministros cobrando a retomada, aproveitando o trunfo do mercado interno brasileiro para obter concessões maiores dos europeus.

Segundo uma autoridade brasileira que acompanha a discussão, é possível que boa parte dos empresários interessados no acordo esteja procurando opções ao mercado argentino, travado por barreiras do governo local, em busca de superávit nas contas externas a qualquer custo. O protecionismo argentino é apontado por empresários brasileiros, em conversas reservadas, como o maior obstáculo à retomada das discussões.

Agora, China e África do Sul barram a carne brasileira. Renata Agostini e Tatiana Freitas – Folha de São Paulo. 14/12/2012

Países seguem Japão e suspendem importações por temor de vaca louca. Impacto comercial é pequeno, mas governo teme "efeito cascata"; ação atrapalha abertura do mercado chinês.

Aumentaram as suspeitas sobre a qualidade da carne bovina brasileira. China e África do Sul seguiram o Japão e decidiram suspender as importações do produto.

O Ministério da Agricultura foi notificado oficialmente ontem sobre as decisões.

As restrições foram impostas devido à identificação do agente causador do mal da vaca louca em um animal morto em uma fazenda no Paraná em dezembro de 2010.

O caso só foi anunciado na sexta-feira passada.

"É natural, ao tomar conhecimento via imprensa, que a reação de alguns países seja de cautela", afirmou em nota o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, José Carlos Vaz.

As reações ignoram a posição da OIE (Organização Mundial de Saúde Animal), que manteve a classificação de risco insignificante da doença para o Brasil.

Por enquanto, o impacto comercial dos bloqueios é pequeno, pois os três países têm pouco peso nas exportações brasileiras de carne bovina.

De janeiro a outubro, o Brasil vendeu 1 milhão de toneladas do produto para o exterior. A África do Sul, um dos últimos países a voltar a comprar carne do Brasil depois da ocorrência de febre aftosa em Mato Grosso do Sul em 2005, comprou 293 toneladas.

O Japão adquiriu cerca de 1.300 toneladas, e a China, 10 mil toneladas. Juntos, os países representaram apenas 1,2% das exportações.

O baixo volume para os padrões chineses ocorre porque parte da carne brasileira chega ao país via Hong Kong -segundo maior destino das exportações de carne.

Nos últimos anos, a China vinha abrindo os canais para a importação direta. O bloqueio desse processo preocupa os exportadores.

"O grande problema de um possível embargo chinês é a interrupção de um processo de abertura comercial que ocorre há tempos", diz Antonio Camardelli, presidente da Abiec (associação dos exportadores de carne bovina).

O país é visto como estratégico pelo tamanho e pelo potencial de crescimento.

PRESSÃO

Apesar de não afetar seriamente o desempenho das vendas brasileiras no exterior, a decisão aumenta a pressão sobre o governo brasileiro, diante da possibilidade de um "efeito cascata" que atinja países com peso mais expressivo nas exportações.

O Irã, sexto maior cliente dos frigoríficos no exterior, já deteve cargas nos portos por suspeita de contaminação.

Já a Rússia, principal destino da carne brasileira, informou que analisa o caso. O país, que há 18 meses impõe restrições à carne do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso, deve decidir hoje se retoma as compras.

Na Venezuela, os pecuaristas pressionam o governo para a suspensão temporária da importação de carne e de animais vivos do Brasil.

Os Estados Unidos também solicitaram mais informações às autoridades sanitárias do Brasil sobre a vaca louca.

O Usda (Departamento de Agricultura dos EUA) diz que o governo americano aguarda dados complementares para decidir como proceder.

O Ministério da Agricultura reiterou que o governo organiza visitas de técnicos aos 20 principais importadores para sanar dúvidas sobre o caso. Serão enviadas missões oficiais aos três países que oficializaram embargo.

Esta foi a primeira vez que o Brasil registrou a presença do agente causador do mal da vaca louca.

Ong americana quer levar experiência da Conab a escolas africanas – Site da CONAB. 17/12/2012

Os programas de ajuda a comunidades em situação de risco nutricional e alimentar executados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) nas regiões brasileiras estão servindo de modelo para reaplicação em outros países. Na última semana, esteve em visita à sede da empresa a vice-presidente da ONG JAM-USA, Rebecca Bratter, para conhecer os programas desenvolvidos pela Conab que têm repercutido de forma positiva em âmbito internacional.

De acordo com os técnicos que receberam Bratter, a ideia é implementá-los no continente africano, por meio de um acordo de cooperação com a Conab e sob interveniência da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRExteriores). A definição de critérios, apoios e formas de capacitação técnica será objeto de estudo nos próximos meses.

A JAM desenvolve um programa a partir de escolas situadas nos países do continente africano envolvidos, como Moçambique, promovendo a independência alimentar e nutricional dos membros das comunidades. Este programa consiste na criação de hortas que variam de um a três hectares de extensão nos estabelecimentos escolares, para a produção de alimentos para os alunos, suas famílias e membros da comunidade. O programa também gera renda por meio da venda dos excessos em feiras livres.

A experiência da Conab com os programas PAA, PGPM-Bio, Vendas em Balcão, Prohort e Refap não somente tem ajudado famílias em situação de risco, pequenos agricultores familiares, criadores de animais, unidades varejistas, escolas e instituições de beneficência como tem despertado também a atenção da comunidade internacional

Várias delegações estrangeiras da Ásia, África e Américas do Sul e Central já visitaram a empresa este ano. Da mesma forma, no início do mês, alguns programas foram apresentados à conferência internacional realizada em Islamabad, no Paquistão, em atendimento a convite formulado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). *(Raimundo Estevam/Conab)*

Conab fortalece parceria com Nações Unidas – Site da CONAB. 18/12/2012

A Organização das Nações Unidas (ONU) quer uma maior interação com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) nas ações do Programa Mundial de Alimentos (PMA). A proposta foi feita no mês de novembro, durante missão da Companhia em Roma. Um dos primeiros resultados será a criação de um grupo de trabalho que funcionará como um fórum permanente de debate, consulta e nivelamento de questões relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Devem integrar o grupo a Conab, o PMA e o Ministério das Relações Exteriores/CGFome.

Entre os temas discutidos está a possibilidade de o Brasil vender ao PMA o excedente dos estoques públicos de alimentos (PGPM e Agricultura Familiar), e demais produtos que venham a ser demandados. A viabilização legal desse tipo de operação já está em análise pela Conab.

Outra parceria proposta pelo PMA, já com a concordância da Conab, será a elaboração de um manual de operações para doações internacionais, com a participação do MRE, em um seminário que poderá ocorrer em março no Brasil. Assim, todos os procedimentos para doação internacional de alimentos deverão passar por um processo de padronização, visando dar maior agilidade e efetividade.

Ainda com o objetivo de dar mais agilidade à doação de alimentos a comunidades em situação de insegurança alimentar, o PMA disponibilizou os armazéns de Las Palmas, na Espanha, e de Brindisi, na Itália, como bases para a distribuição de alimentos brasileiros. A ideia é que o PMA também venha a ter, em um futuro próximo, um armazém no Brasil.

A agenda com o PMA inclui, também, a celebração de um acordo de cooperação, em fase de finalização, que prevê o treinamento de técnicos da Companhia nas áreas de logística (transporte e armazenagem) no entreposto de Brindisi - maior armazém do mundo para doação de alimentos.

Como desdobramento da missão da Conab à Itália - chefiada pelo presidente Rubens Rodrigues dos Santos - também poderá ser firmado um acordo de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), por iniciativa da alta direção daquela organização, no sentido de capacitar técnicos brasileiros como multiplicadores na execução de projetos na área agrícola (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar) em países menos desenvolvidos.

"A presença da alta direção da Conab pela primeira vez na sede da FAO, oferecendo a sua estrutura para a contribuição no desenvolvimento de projetos conjuntos, soa como música para os meus ouvidos", avaliou o diretor-geral da FAO, José Graziano, ao final do encontro.

O ponto da carne. Miriam Leitão – O Globo. 20/12/2012

É difícil entender os erros do governo no caso da carne. Um dos projetos mais explícitos de incentivos tem como beneficiárias as empresas produtoras e exportadoras de carne. O dinheiro tem jorrado do BNDES para os frigoríficos. Neste episódio do animal encontrado com o agente causador do mal da vaca louca, estamos correndo risco de perder reputação como fornecedor.

O fato aconteceu em 2010 e foi anunciado no fim de 2012. O governo garante que não há risco algum de haver o problema no Brasil e que a vaca teve morte súbita. A dúvida é: por que o comprador tem que acreditar nisso?

Japão, África do Sul e China não ficaram para ver e suspenderam importações. Foram seguidos por Egito, Arábia Saudita e Coreia do Sul. Em nota, o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, José Carlos Vaz, disse que "é natural, ao tomar conhecimento via imprensa, que a reação de alguns países seja de cautela". O governo deveria ter se antecipado ao problema para minimizar o dano à nossa imagem. A Rússia já manteve um embargo, por 18 meses, de carnes de três estados. Só voltou atrás depois da visita da presidente Dilma ao país.

O saldo comercial de carne foi positivo em US\$ 11 bilhões de janeiro a outubro. Para se ter uma ideia, na balança de exportação de grãos, o saldo é de US\$ 17 bi. Em petróleo e derivados, há déficit de US\$ 10 bilhões.

Ao contrário do que se pensa, não foi a ajuda do BNDES que permitiu o saldo. O Brasil já era o maior exportador do mundo quando a atual administração do banco decidiu comandar um processo de benefício aos escolhidos e de fusão entre frigoríficos. O banco virou um dos maiores sócios do setor.

Mas já que era para ajudar com tantos bilhões os frigoríficos, seria coerente zelar pela imagem do setor. Consultores do mercado de carne dizem que o Brasil tem a melhor classificação em termos sanitários. Segundo Hyberville D'Athayde, da Scot Consultoria, o Brasil tem o nível de "risco negligenciável" pelo mais respeitado selo sanitário internacional, o BSE.

Alguns anos atrás, o Brasil não era considerado área livre de febre aftosa. Agora é. Isso é resultado de esforços de produtores e órgãos fiscalizadores. Mas a conquista ficará em risco se o governo continuar negligenciando o dano à imagem que esse assunto tem causado.

O tema não pode ser avaliado apenas pelo percentual de compra dos países que suspenderam a importação. Mais relevante é o impacto que isso pode causar em toda a clientela. A economia internacional está em crise e barreiras estão sendo levantadas contra os principais fornecedores de qualquer produto. O melhor é não dar argumento.

A carne brasileira tem outros pecados. Nunca foram totalmente afastadas acusações de que os maiores produtores - inclusive os que têm o governo como sócio - compram bovinos de área desmatada ilegalmente ou até de produtores que já tiveram casos de trabalho escravo. O pacto da Carne Legal do Ministério Público e a pressão de ONGs produziram avanços, mas não eliminaram os problemas.

Se a carne é tão importante para o Brasil, a ponto de o setor receber bilhões entre empréstimos e capitalizações do BNDES - até a Caixa entrou na farra de transferência de dinheiro para frigoríficos -, então que se evite o risco de perder mercado. Não basta dizer que o Brasil não tem vaca louca ou que a tal vaca morreu não de loucura mas de morte súbita. Isso não convence ninguém. É preciso que os órgãos responsáveis, a diplomacia, e as empresas demonstrem aos compradores - de grande ou pequeno volume - que o Brasil não é louco de jogar tanto dinheiro público em um setor e depois se descuidar da fiscalização sanitária. Ou é?

China, discutindo a relação – Kátia Abreu. Folha de São Paulo. 21/12/2012

Temos nos mantido à distância da China, como um convidado de 2ª classe à festa do seu crescimento

A China é hoje, indiscutivelmente, uma força econômica dominante no mundo e sua influência e poder vão se manter ou até ampliar nos anos que se seguirão.

Mesmo com o fim da crise do euro e com a esperada recuperação dos Estados Unidos, há muita gente qualificada afirmando que essas duas grandes economias entrarão num longo período de baixo crescimento, por razões estruturais que transcendem as próprias crises atuais.

A China, ao contrário, prepara-se para dobrar o valor de seu Produto Interno Bruto até 2020, mantendo um ritmo anual de crescimento entre 7% e 8%. Esse desenho da economia para o futuro próximo tem consequências para o Brasil que não podem ser ignoradas.

Mas nós estamos tão acostumados a ver o centro do mundo na Europa e na América do Norte que não estou certa de que essa recomendação elementar será de fato observada.

Até agora, nossas relações com a China têm sido marcadas pela passividade, pela resignação e pelo medo. Se forem esses os sentimentos que continuarão nos orientando daqui para a frente, vamos deixar de nos beneficiar das oportunidades que a expansão chinesa naturalmente pode proporcionar.

Nosso intercâmbio com a China, hoje, é no mínimo assimétrico. Nossas exportações cresceram extraordinariamente nos últimos dez anos, é verdade, passando de pouco de mais de US\$ 1 bilhão, em 2000, para US\$ 44 bilhões, em 2011. Nossas importações chegaram a US\$ 28 bilhões, no mesmo período, proporcionando ao Brasil um superavit de US\$ 16 bilhões.

Mas nossas exportações, até agora, estão fortemente concentradas no complexo soja e no minério de ferro, enquanto nossas importações são bastante diversificadas, incluindo itens de alta tecnologia nas áreas de eletroeletrônicos, material de telecomunicações e bens de capital.

Ou seja, ficamos maravilhados com o tamanho e o dinamismo do mercado chinês, mas quem está ocupando verdadeiramente um mercado de consumo são os chineses.

As receitas cambiais proporcionadas pela soja e o minério de ferro são muito úteis ao Brasil e dólares e yuans têm o mesmo valor, independentemente da mercadoria pela qual sejam trocados. Mas é impossível não perceber que os chineses têm sido muito melhores vendedores do que nós.

E, se tudo continuar como está, de nada nos adiantarão as perspectivas de crescimento do mercado interno chinês, com a nova ênfase no consumo doméstico e na urbanização acelerada na década em curso.

A China é um mercado difícil, pois não é uma economia inteiramente aberta, e tem uma forte propensão à autossuficiência.

Com uma população de 1 bilhão e 400 milhões de pessoas para alimentar e com escassez de água e terras aráveis, suas importações agrícolas representam apenas 5% de suas importações totais.

Sua indústria avançou muito em inovação e produtividade e é, hoje, altamente sofisticada.

Mas seu próprio tamanho e sua necessidade de inserção na economia global vão forçar mais abertura comercial. E o Brasil não pode deixar de participar, de um modo muito mais ativo e com uma pauta muito mais diversificada.

Ocorre que a China é um país ainda estranho para nós -talvez para todo o mundo.

Por isso, precisamos nos aproximar mais, para melhor conhecê-la. Infelizmente, temos nos mantido à distância, como um convidado de segunda classe à festa do seu crescimento. Empresários e governo devem mudar sua posição.

O Itamaraty tem enviado para chefiar nossa embaixada os melhores e mais qualificados diplomatas de seu ótimo quadro, mas as ambições de nossa representação têm se mantido modestas. Enquanto temos 18 diplomatas em Londres, 24 em Paris e 15 em Roma, em Pequim são apenas 13.

Não é difícil deduzir a lógica dessa distribuição. Ela apenas reitera que, para nós, o centro do mundo ainda não saiu da Europa e a Ásia continua tão longínqua quanto nos tempos de Marco Polo.

Minha conclusão não pode ser outra: quando o assunto é a China, tudo ainda está por fazer.

Vaca louca: governo ameaça ir à OMC contra embargo da carne. Flávia Pierry – O Globo. 22/12/2012

Taiwan se junta a outros seis países que suspenderam compra

O governo brasileiro elevou o tom contra os países que impuseram embargos à importação de carne brasileira, após confirmação de que foi encontrado o agente causador da doença da vaca louca no país, num caso de 2010. Caso as restrições sejam mantidas, o governo ameaça recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) e poderá, inclusive, retaliar esses países. A sustentação é que não haveria razão para a manutenção dos embargos, já que, segundo a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), o Brasil continua com o status de "risco insignificante" para a doença.

Mesmo assim, ontem Taiwan também suspendeu as compras do produto. Foi a sétima nação a anunciar o embargo, depois de Coreia do Sul, Japão, África do Sul, China, Egito e Arábia Saudita. Desde a divulgação, em 7 de dezembro último, de que fora detectado o causador da doença da vaca louca em uma fêmea morta em 2010, no Paraná, o Ministério da Agricultura vem prestando informações aos mercados, para esclarecer que o animal não morreu em decorrência do mal e minimizar o impacto da notícia. Todas as informações pedidas pelos sete países que suspenderam as compras da carne brasileira foram fornecidas, alega o governo.

Representantes do Brasil que estão na OMC para prestar esclarecimentos aos mercados afirmaram que vão definir um prazo para que os sete países que suspenderam as importações retomem as compras. Várias medidas estão sendo tomadas para atender às demandas dos importadores, inclusive reuniões multilaterais com países que não

restringiram as importações da carne bovina brasileira. O próximo passo será realizar reuniões bilaterais, informou o ministério.

Se, mesmo assim, as suspensões forem mantidas, o Brasil vai recorrer contra as medidas na OMC com o argumento de que as sanções seriam arbitrárias. E, se a OMC decidir que houve arbitrariedade nas suspensões das importações, o Brasil poderá ser autorizado a responder a essas sanções com a suspensão de importações originárias desses países.

Durante a semana, o Brasil convocou reunião na OMC, que contou com a participação de representantes de 25 países, inclusive alguns dos que adotaram embargos à carne brasileira. Apesar disso, não há informação se algum dos países vai retirar as restrições impostas ao produto brasileiro, e as conversas com os mercados devem continuar, inclusive com países que não aplicaram restrições ao Brasil.

A tendência é que os países que adotaram as restrições iniciem apuração sobre as condições fitossanitárias do país, entre outros procedimentos, até satisfazerem suas dúvidas quanto aos cuidados e procedimentos adotados pelo Brasil para afastar riscos da doença. Só depois de concluída essa etapa é que a liberação das compras seria anunciada.

Novos rumos para a integração regional. Rubens Barbosa - O Estado de S.Paulo. 25/12/2012

As reuniões do Mercosul em nível presidencial e do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), realizadas em dezembro apontam novos rumos para o processo de integração regional.

Os resultados da reunião de cúpula do Mercosul confirmaram a tendência esquizofrênica do processo de integração regional. Se, sob a ótica do governo brasileiro, o encontro pode ser apresentado como positivo, do ponto de vista do interesse nacional as dúvidas são crescentes, tanto no âmbito empresarial quanto naquele da política externa brasileira. O Itamaraty celebrou avanços no tocante à negociação para a incorporação da Venezuela e para a adesão da Bolívia ao bloco.

Com a Venezuela, o que ficou acertado foi:

a adoção da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) até 5 de abril de 2013, para permitir as adequações internas necessárias;

a definição de metodologia e de cronogramas para a convergência da tarifa venezuelana para a Tarifa Externa Comum (TEC): o país adotará, até 5 de abril de 2013, 28% do universo da TEC, havendo sido aprovado cronograma, em quatro etapas anuais, até 5 de abril de 2016, para completar o processo;

a adoção, até o primeiro trimestre de 2013, de cerca de 600 normas - quase um terço do acervo normativo do Mercosul -, devendo as normas restantes ser incorporadas em cronograma de quatro anos;

a definição da participação nos orçamentos e nos organismos do Mercosul (no Fundo para a Convergência Estrutural - Focem, o país aportará US\$ 27 milhões, equivalente ao aporte da Argentina).

Com a Bolívia, de surpresa e sem maiores negociações, foi assinado o Protocolo de Adesão, que, uma vez aprovado pelos Congressos dos demais países-membros, fará do país o sexto membro pleno do Mercosul.

Em seu artigo 4, o Protocolo de Adesão estipula que, no mais tardar em quatro anos, contados a partir da data da entrada em vigência do instrumento, a Bolívia adotará a Nomenclatura Comum, a Tarifa Externa Comum e o Regime de Origem do Mercosul.

Em termos de negociações comerciais externas, registrou-se o interesse do Mercosul em tornar-se observador da Aliança do Pacífico, novo grupo regional integrado por México, Colômbia, Peru e Chile. Com a União Europeia, apenas foram trocadas visões sobre o processo de negociação, sem uma decisão firme de avançar nos entendimentos, apoiados pelo setor privado, com um dos principais parceiros do Mercosul.

Depois de mais de 20 anos, foi criado o Fórum Empresarial, que terá periodicidade semestral e passará a integrar a programação oficial das cúpulas mercosulianas, acrescentando, mesmo que tardiamente, uma dimensão empresarial ao Mercosul.

Ficou decidido que o Fundo para a Convergência Estrutural, que financia projetos de infraestrutura, vai ser reestruturado e que o Fundo Mercosul de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas, da ordem de US\$ 126 milhões, e o fundo de cooperativas serão regulamentados.

Por outro lado, pouco antes da Cúpula de Brasília foi realizada em Lima, no Peru, a 4.^a Reunião do Conselho de Defesa Sul-Americano. No encontro, foi aprovado o Plano de Ação para 2013, que incluiu todas as propostas apresentadas pela delegação brasileira, em especial:

a criação de um grupo de especialistas para elaborar projeto de fabricação de um sistema de veículos aéreos não tripulados (Vants) regional;

a instituição de um fórum com o intuito de estabelecer mecanismos e normas especiais para compras e desenvolvimento de produtos e sistemas militares na região, com o objetivo de fortalecer a indústria regional de defesa e de discutir o estabelecimento de um regime preferencial para a aquisição de material militar entre as nações da Unasul;

e a criação da Escola Sul-Americana de Defesa, para preencher lacuna existente quanto à discussão das percepções, preocupações, estratégias e políticas de defesa na região.

Enquanto no Conselho de Defesa as propostas brasileiras demonstram capacidade de liderança com objetivo de gradual ocupação do espaço sul-americano, para a indústria de defesa nacional e a influência para a formulação de um pensamento estratégico independente, desvinculado do Colégio Interamericano de Defesa de Washington, no referente ao Mercosul, a força das dimensões políticas e sociais dificulta a identificação dos reais objetivos das políticas externa e comercial brasileiras.

O ingresso da Venezuela e, agora, de forma inesperada, da Bolívia - e, proximamente, quem sabe, do Equador - coloca dificuldades técnicas que terão de ser superadas. Do ângulo político, até aqui, o Brasil não deu indicações de como vai tratar os problemas bilaterais que surgiram com a precipitada suspensão do Paraguai do Mercosul, nem de que forma o Paraguai vai ser convencido a suspender o veto à Venezuela e, segundo já transpirou, também à Bolívia. Como aceitar a dupla participação boliviana no Mercosul e na Comunidade Andina de Nações (CAN), com duas tarifas externas comuns, embora a da CAN, na prática, não esteja operativa? Como enfrentar a insegurança jurídica na Bolívia contra empresas brasileiras? Como vai ser tratada a questão institucional na Venezuela, caso haja um vazio de poder e as regras constitucionais não sejam obedecidas? Como enfrentar a crescente instabilidade política e de restrições comerciais argentinas, com prejuízos concretos aos exportadores brasileiros? O pedido para receber o status de observador na Aliança do Pacífico é mais um exemplo da política reativa em relação às rápidas transformações por que passa o cenário regional. Qual é a estratégia brasileira? Qual é a visão prospectiva?

São perguntas que precisam ser respondidas de modo que o interesse nacional na região seja redefinido e para que melhor se possa respaldar a ação empresarial brasileira no continente sul-americano.

Brasil bate recorde em medidas de defesa comercial. Sergio Leo – Valor Econômico. 26/12/2012

Os processos contra importações desleais serão facilitados no começo de 2013, e os prazos, reduzidos, para no máximo, dez meses, com a publicação, nos próximos dias, da nova regulamentação para as medidas anti-dumping no país, segundo garantiu ao **Valor** a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Tatiana Prazeres. Com o acirramento da concorrência internacional, devido à crise financeira e o maior conhecimento dos instrumentos de defesa comercial no Brasil, o país bateu, neste ano, o recorde em abertura de processos de defesa contra importações desleais e em número de medidas anti-dumping em vigor.

Em 2012, o país manteve em vigor 86 medidas (sobretaxas) antidumping, três a mais que em 2011. Chegou a 63 o número de processos de defesa comercial (antidumping e salvaguardas contra importações subsidiadas), total quase 60% maior que o último recorde em ações iniciadas pelos produtores brasileiros, em 2010.

A secretária rejeita a interpretação de que as ações de defesa comercial do Brasil sejam sinal de protecionismo contra mercadorias competitivas de outros países. Em 2012, chegaram a 22 os processos de defesa comercial encerrados sem aplicação de medida contra importação, porque os técnicos não encontraram comprovação para as acusações dos concorrentes brasileiros.

A nova regulamentação de antidumping terá cerca de 200 artigos, o dobro das regras atuais, e definirá prazos máximos para cada etapa das investigações, até o máximo de dez meses - hoje esses processos duram, em média, 15 meses.

Com a medida, o ministério lançará, também, em janeiro, o sistema digital de acesso ao Departamento de Comércio Exterior, que lida com os casos de proteção aos produtores

brasileiros contra competição desleal ou predatória. Não será mais necessário enviar representantes a Brasília para acompanhar processos de defesa comercial.

"Nosso próximo passo é permitir que as partes apresentem petições pela internet", anunciou a secretária. Inspirado no sistema de defesa comercial dos Estados Unidos, para onde uma missão técnica foi enviada neste ano, o sistema eletrônico permitirá revisão de dados eletronicamente, e redução de custos para as empresas. Já em meados do ano, o governo mudou as regras para processos de defesa comercial exigindo dados mais detalhados das empresas já na abertura dos processos, o que, segundo Tatiana Prazeres, deu maior agilidade às análises feitas pelo ministério.

Após a abertura de cinco processos em 2011 contra importados acusados de circunvenção (quando exportadores estrangeiros mascaram a verdadeira origem dos produtos, para fugir a taxas de importação mais altas), as empresas brasileiras não usaram esse instrumento para nenhum produto em 2012. Na avaliação da secretária, os empresários descobriram que pode ser "mais eficaz" acionar importadores por "falsa declaração de origem", um processo complementar às ações antidumping.

Nas investigações por falsa declaração de origem, o governo, após constatar indícios de fraude, suspende automaticamente as licenças de importação, brecando a entrada do produto no país. Em 2012, foram concluídas nove dessas investigações e ainda há seis em andamento. No caso mais flagrante, de calçados supostamente vindos da Malásia que se revelaram chineses, as importações caíram de US\$ 14 milhões para US\$ 418 mil após a abertura da investigação. Taiwan, que chegou a exportar 873 toneladas de lápis de madeira ao Brasil, ficando atrás apenas da China como maior fornecedor do Brasil, em 2012 não vendeu um só lápis ao país.

O ministério passou a determinar aos técnicos que, mesmo sem pedido explícito do concorrente brasileiro, seja analisada a possibilidade de impor barreiras prévias às importações, nos casos de processo antidumping. Apesar do esforço do governo para divulgar e facilitar a tramitação dos processos de defesa comercial, o número de medidas que começaram a ser aplicadas em 2012 foi menor do que o número de processos encerrados sem aplicação de barreiras, outra prova, para o ministério, de que o maior recurso à defesa comercial não é um surto protecionista: as medidas antidumping ou contra circunvenção iniciadas em 2012 foram 18, quatro a menos do que os processos encerrados sem punição às importações.

O governo também, pela primeira vez, criou um grupo técnico, com integrantes de diversos ministérios exclusivamente para analisar pedidos de suspensão de barreiras antidumping a pedido de consumidores e importadores, "por interesse público". Até hoje, foram abertos nove casos para analisar, por interesse público, a possível suspensão de sobretaxas contra produtos acusados de dumping.

"Poucos países têm procedimentos institucionalizados para isso", comentou Tatiana Prazeres.

Em setembro, o governo reduziu a tarifa de importação de glifosato, matéria-prima usada na produção de fertilizantes, para atender ao "interesse nacional". Em dezembro, o grupo criado para analisar casos do gênero rejeitou, porém, um pedido para suspender as medidas antidumping contra cobertores chineses (e similares importados por meio de

intermediários do Uruguai e do Paraguai). No caso dos cobertores, apesar da alegação dos importadores de que as barreiras provocariam falta do produto no mercado e aumento de preços, o grupo constatou que os preços vinham até caindo no mercado brasileiro.

Brasil indica embaixador como candidato a diretor-geral da OMC – Folha de São Paulo. 28/12/2012

Roberto Azevêdo é representante do país para o órgão em Genebra desde 2008; eleição é em março. Até agora, são nove os candidatos a suceder o francês Pascal Lamy; nenhum deles vem de países desenvolvidos.

O embaixador Roberto Azevêdo, representante do Brasil para a OMC (Organização Mundial do Comércio) desde 2008, foi escolhido pelo governo para concorrer ao posto máximo no órgão.

Sua candidatura, já esperada, foi confirmada ontem junto à OMC, em Genebra. Até agora, são nove os nomes apresentados -todos de países emergentes ou em desenvolvimento- para suceder o francês Pascal Lamy, que deixa o cargo em setembro. O novo mandato termina em 2017.

Os países-membros da OMC, no entanto, têm até a próxima segunda-feira para apresentarem suas candidaturas. A eleição começará em 31 de março e deve ser concluído em dois meses.

O Brasil é visto como um concorrente forte, por seu peso econômico -alcançou o posto de sexta economia do mundo no início do ano segundo algumas consultorias- e por sua atuação internacional cada vez expressiva. Além disso, a OMC nunca teve um diretor latino-americano.

Da região, o Brasil concorre com México -que indicou o ex-secretário de Comércio Herminio Blanco- e Costa Rica -que lançou a candidatura de sua ministra de Comércio Exterior, Anabel González, uma das favoritas.

Segundo o Itamaraty, o Brasil apresenta credenciais importantes para o posto, como sua defesa pelo "crescente engajamento" dos membros da OMC para fazer avançar a Rodada Doha.

Também sustenta que Azevêdo tem importantes qualificações para o cargo, como "amplo conhecimento da organização, seus mecanismos e potencialidades, estando envolvido com temas econômicos há mais de 20 anos".

Entre 1995 e 1997, o diplomata foi o principal assessor econômico do então chanceler Luiz Felipe Lampreia. Depois serviu na missão em Genebra e dirigiu por quatro anos a Coordenação-Geral de Contenciosos do Itamaraty.

Foi em 2009, quando já estava à frente da representação na OMC, que o órgão autorizou o Brasil a retaliar os EUA pelos subsídios ao algodão.

No entanto, há quem defenda que o fato de o Brasil não ter escolhido um mais alto funcionário para disputar o posto enfraquece a candidatura do país.

"Um latino-americano ou africano levará o cargo desta vez. Uma possibilidade é o brasileiro Roberto Azevêdo, mas os diretores-gerais são, tradicionalmente, ex-ministros, e não embaixadores", afirma Alan Beattie, do "Financial Times".

Depois de várias tentativas de emplacar um brasileiro em órgãos internacionais, o Brasil teve uma vitória em 2011, com a eleição de José Graziano para a FAO. Em 2005, o país concorreu para a OMC com o também diplomata Luiz Felipe Seixas Correa, que perdeu para Lamy.

Brasil lança candidato para chefiar a OMC. Jamil Chade - O Estado de S.Paulo. 29/12/2012

Embaixador Roberto Azevedo disputará cargo em momento em que Brasil é criticado por práticas protecionistas

Com uma plataforma desenvolvimentista, o Brasil lança sua candidatura para ocupar o posto máximo do comércio mundial, o de diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC), justamente no momento em que é mais criticado por sua postura protecionista. Ontem, a presidente Dilma Rousseff anunciou a candidatura do embaixador Roberto Azevedo para o cargo.

A disputa será intensa. Pela primeira vez, nove países apresentaram nomes para ocupar um dos postos mais disputados no sistema multilateral. A eleição ocorrerá entre os dias 31 de março e 31 de maio de 2013 e o vencedor assume o cargo em setembro. Dilma esperou até o último dia para anunciar a candidatura brasileira, alegando que iria primeiro avaliar se os nomes apresentados atendiam ou não os interesses nacionais.

A missão de Azevedo será dura: ressuscitar e concluir a Rodada Doha, que há 12 anos vive um impasse e é dada por muitos como o maior fracasso da diplomacia comercial em décadas. Mas a campanha será lançada no momento em que o Brasil é acusado de não respeitar o acordo do G-20 de congelar barreiras comerciais e de estar indo na direção contrária ao que seria a Rodada Doha, que justamente prega a abertura de mercados.

Mas com uma posição protecionista, observadores em Genebra alertam que o Brasil poderá ter sua candidatura bombardeada. Nos últimos seis meses, o Brasil liderou no número de barreiras criadas no mundo. Para a Câmara Internacional de Comércio, o Brasil é hoje a economia mais fechada do G-20 em termos comerciais.

Em comunicado de ontem, o Itamaraty não citou a abertura de mercados como seu objetivo. A opção foi por uma plataforma com forte acento sobre o desenvolvimento e a capacidade de todos os países serem considerados nas decisões da OMC.

"O Brasil tem defendido o crescente engajamento dos membros para o cumprimento dos objetivos da organização, com vistas à melhoria dos padrões de vida, à garantia ao pleno emprego e de renda, à expansão da produção e do comércio, bem como ao uso dos recursos disponíveis em conformidade com o desenvolvimento sustentável", indicou a nota. "A candidatura brasileira representa a importância atribuída pelo País ao fortalecimento da OMC", completou.

Divisão. Essa é a segunda vez em dez anos que o Brasil concorre ao cargo. Na primeira ocasião, o diplomata Luis Felipe de Seixas Correa foi apresentado como forma de evitar que um nome uruguaio saísse vencedor. O Brasil, naquele momento, desconfiava que o uruguaio defendesse a posição de países desenvolvidos. Funcionou: o Brasil acabou rachando a América Latina. Mas o vencedor foi o francês Pascal Lamy, que por anos defendeu subsídios e proteção.

Agora, mais uma vez a América Latina se dividiu. Além de Azevedo, a região tem candidatos do México e da Costa Rica, países que vem adotando uma postura mais aberta ao comércio. Ontem mesmo, embaixadores da América do Sul já apontavam que o continente não terá uma coesão na busca pelo cargo.

Uma regra não escrita é a de que, depois de a OMC ser ocupada por oito anos por um representante de um país rico, agora seria a vez dos emergentes. Além disso, pelas reformas acordadas pelo G-20, os emergentes teriam mais espaço nos organismos internacionais. Com FMI e Banco Mundial nas mãos de Europa e Estados Unidos, a OMC ficaria para os emergentes.

Não por acaso, praticamente todos os candidatos são de países em desenvolvimento: Jordânia, Gana, Quênia, Indonésia e Coreia, além de Costa Rica, Brasil e México. O único candidato de país rico é da Nova Zelândia.

Mas Azevedo conta com um apoio fundamental: o da China. Ao Estado, altos funcionários de Pequim revelaram que os chineses estariam dispostos a apoiar o nome do brasileiro. Maior parceiro comercial do mundo, a China passou a ter um peso fundamental nas decisões internacionais. Azevedo também seria um nome bem aceito pelos países ricos, ainda que a disputa pelo voto de Estados Unidos e Europa será intenso.

Um dos pontos fortes de sua campanha será sua vasta experiência de 20 anos. Ele liderou a criação de um departamento de disputas comerciais no Itamaraty, chefiou a campanha da Embraer na disputa contra a Bombardier, venceu casos contra os subsídios agrícolas dos EUA e Europa e participa desde o início da Rodada Doha.

Mas não faltarão obstáculos à candidatura brasileira. O primeiro é o fato de o País já comandar a FAO. Ter a OMC também nas mãos significaria um controle sobre políticas agrícolas que poderia gerar insatisfações. Outro complicador é o fato de o Brasil ter insistido na inclusão do tema cambial na agenda da OMC, um ponto que desagradou países ricos e emergentes. Agora, o temor é de que Azevedo tenha de atender à pressão de Brasília e, como diretor, incluir o assunto de volta na agenda.
